



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CLARA AZEVEDO DE ARAUJO

**RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA  
CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO TARDIA E O COTIDIANO  
PROFISSIONAL DIANTE DAS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA**

Seropédica

2020



CLARA AZEVEDO DE ARAUJO

**RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA  
CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO TARDIA NO COTIDIANO  
PROFISSIONAL DIANTE DAS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
como requisito parcial para obtenção do título  
de bacharel em Serviço Social

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Fabiana Schmidt

Seropédica

2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AS491r ARAUJO, Clara Azevedo de, 1997-  
RELACÕES RACIAIS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA  
CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO TARDIA NO COTIDIANO  
PROFISSIONAL DIANTE DAS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA /  
Clara Azevedo de ARAUJO. - Seropédica, 2020.  
94 f.

Orientadora: Fabiana SCHMIDT.  
Coorientadora: Genesis de Oliveira PEREIRA.  
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço  
Social, 2020.

1. Relações raciais. 2. Serviço Social. 3.  
Cotidiano profissional. 4. População negra. I.  
SCHMIDT, Fabiana, 1974-, orient. II. PEREIRA, Genesis  
de Oliveira, 1989-, coorient. III Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social. IV.  
Título.

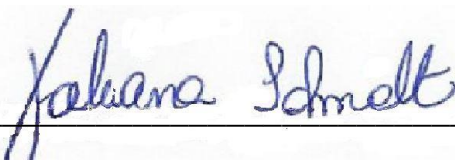
## FOLHA DE APROVAÇÃO

**RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA  
CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO TARDIA NO COTIDIANO  
PROFISSIONAL DIANTE DAS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA**

**CLARA AZEVEDO DE ARAUJO**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado no dia 11/12/2020.

### BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabiana Schmidt (Orientadora)

---

Prof. Dr. Genesis de Oliveira Pereira (Coorientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatiane de Oliveira Pinto (UFRRJ)

---

Ms. Carmen Ferreira Corato Costa (Membro Externo)

Dedico esse trabalho à minha mãe e que com amor, nunca mediu esforços para que eu concluísse todas as etapas importantes da vida.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosana, por todo amor, dedicação e referência ao longo desses 23 anos. Obrigada por ser a minha maior incentivadora e responsável por tudo isso. Agora, para além da relação mãe e filha, que tenhamos uma relação construtiva enquanto colegas de profissão.

Ao meu querido pai, Arcanjo, por todo apoio e incentivo. Você marcou o início desse processo com muito amor e calma.

À minha irmã, Roberta, por todo o cuidado desde que cheguei para tirar o título de filha única e nunca mediu esforços para cuidar de mim na ausência da mãe. Por você ser a que mais me cobra e deseja o melhor para o meu futuro tanto quanto eu.

Ao meu namorado, Cassiel, por todo apoio e por dividir esse momento de TCC, literalmente, junto comigo. Que continuemos nos apoiando com amor e sendo parceiros um do outro em fases tão importantes.

Às minhas queridas pretinhas do Serviço Social Rural. Vocês tornaram essa trajetória mais leve e acolhedora. Que onde eu esteja, eu encontre pessoas como vocês para partilhar ciclos comigo.

As minhas duas amigas de sala pela caminhada até aqui, Iago e Camilla. Vocês fizeram parte dessa jornada quase que literalmente tudo. Sentirei saudades até dos trabalhos e provas em dupla. Que trilhemos caminhos lindos independentemente de onde estejamos.

À minha querida orientadora, Fabiana, por toda a disponibilidade e cuidado nesse momento tão delicado e pela força mesmo que distante. Sou muito grata por todo apoio nessa jornada.

Ao Gênese, por todos ensinamentos de sala de aula e para além dela e por ter topado fazer parte desse momento. Obrigada pelo apoio nesses meses e por acreditar desde o início no trabalho.

À Tatiane, pelo aceite na banca e por ter feito parte desse processo na formação numa das disciplinas que mais lembrarei com carinho e pela reta final no meu processo como monitora.

À Corato, pelo aceite nesse trabalho e que, mesmo nas poucas vezes que estive nos eventos do SeSo Rural, fez minha admiração crescer em cada fala que faz a gente repensar tanto.

Sou grata a todos vocês que em algum momento fizeram parte dessa caminhada, seja pelos espaços em sala de aula, na Rural e aos que contribuíram de alguma forma acreditando em mim para que eu finalizasse essa etapa primordial. Meu muito obrigada e gratidão.

A felicidade do branco é plena  
A felicidade do preto é quase  
O abutre quer te ver de algema pra dizer  
"Ó, num falei?"  
Um dia vai 'tá nos conforme  
Que um diploma é uma alforria  
Minha cor não né uniforme  
Hashtags #PretoNoTopo, bravo!  
80 tiros te lembram que existe pele alva e pele  
alvo  
Quem disparou usava farda (mais uma vez)  
Quem te acusou nem lá num tava (banda de  
espírito de porco)  
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das  
parada  
Primeiro 'cê sequestra eles, rouba eles, mente  
sobre eles'  
Nega o deus deles, ofende, separa eles  
Se algum sonho ousa correr, 'cê para ele  
E manda eles debater com a bala que vara eles,  
mano''

Ismália – Emicida

## RESUMO

Tendo em vista o caráter prático-interventivo inscrito no trabalho dos assistentes sociais, entende-se que a profissão precisa se colocar em posição além dos discursos socializados e que padecem por estruturar as condições da população negra. Ou seja, é necessário apreender a realidade brasileira e suas raízes para que a profissão não seja um meio reprodutor dessa dinâmica, tampouco silenciador das desigualdades ainda existentes.

Nesse sentido, o Serviço Social enquanto profissão crítica e interventiva precisa transpor os projetos estruturais que subjuga sujeitos, como a ideologia de democracia racial e a fictícia isonomia entre os indivíduos, pois se mostram insuficientes quando falamos sobre enfrentar as desigualdades raciais da maneira que precisa ser. Assim, articulamos ao longo do trabalho os aspectos da formação social brasileira e as raízes coloniais para subsidiar a discussão no entendimento sobre essas relações que são articuladas com a questão social e marcam a contemporaneidade as condições de vida da população negra.

Reconhece-se que as análises referentes aos determinantes sóciorraciais e seus impactos que são trazidos no trabalho, são imprescindíveis para a categoria, pois, entende-se que são os assistentes sociais que atuam nas refrações da questão social e compõe o processo de elaboração e execução das políticas públicas, essas que são expressivamente acessadas pela população negra em maioria.

Portanto, a expectativa é que o trabalho, a partir das reflexões e direcionamentos expostos, se some às expansivas pesquisas e estudos que se tem hoje no Serviço Social sobre racismo, questão racial e seus determinantes, como fruto de grande mobilização das assistentes sociais que abriram guarda para essa trajetória. Que cada vez mais se tenha adesão e apreensão da categoria sob os assuntos silenciados historicamente a fim de alcançar a construção efetiva do projeto ético político profissional cotidianamente

**Palavras Chaves:** Relações Raciais, Formação Social Brasileira, Serviço Social, População negra.



## ABSTRACT

In view of the practical-interventional nature inscribed in the work of social workers, it is understood that the profession needs to put itself in position beyond the socialized discourses and that they suffer from structuring the conditions of the black population. In other words, it is necessary to apprehend the Brazilian reality and its roots so that the profession is not a reproductive means of this dynamic, nor silencer of the inequalities still existing.

In this sense, Social Work as a critical and interventional profession needs to transpose the structural projects that underjudges subjects, such as the ideology of racial democracy and fictitious isonomy among individuals, because they are insufficient when we talk about facing the economic inequalities in the way it needs to be. Thus, we articulate throughout the work the aspects of Brazilian social formation and colonial roots to support the discussion in the understanding of these relationships that are articulated with social issues and mark contemporaneity in the conditionality of the black population.

Its recognized that the analyses related to the socioracial determinants and their impacts that are brought at work are essential for the category, because it is understood that it is the social workers who act in the refractions of the social issue and compose the process of elaboration and execution of public policies, which are expressively accessed by the black population in most.

Therefore, the expectation is that the work, from the reflections and directions exposed, is added to the expansive research and studies that is currently in the Social Service on racism, racial issue and its determinants, as the result of great mobilization of social workers who have opened guard for this trajectory. May the category be more and more in agreement under the historically muted subjects in order to achieve the effective construction of the professional ethical project on a daily basis

**Key Words:** Race Relations, Brazilian Social Formation, Social Work, Black population.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CONTÍNUO DISCRIMINATÓRIO DO NEGRO</b>	<b>16</b>
2.1. Capitalismo dependente e o projeto exploratório da população negra	16
2.2. Das correntes coloniais às correntes invisíveis na sociedade livre: imobilismo sóciohistórico da população negra no Brasil	24
2.3. Da/o negra/o escravizado e a condição do negro livre na contemporaneidade	31
2.4. Os sentidos negados em ensaio do país em “democracia racial” e a situação contemporânea da população negra.	39
<b>3. OS CAMINHOS (AINDA) PERCORRIDOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA TRANSVERSALIZAR A QUESTÃO RACIAL NO COTIDIANO</b>	<b>55</b>
3.1. Questão social e questão racial: o silenciamento histórico da profissão perante as relações raciais	55
3.2. As Diretrizes Curriculares e a questão racial	69
3.3. A Política de Educação Permanente como estratégia para o Serviço Social: reflexões para o cotidiano profissional	79
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>87</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

A inquietude, primeiro de forma pessoal e posteriormente enquanto aluna, levou-me ao lugar de certeza sobre o objeto de pesquisa no tocante à questão racial e o trabalho dos assistentes sociais. Foram alguns temas que passaram sobre mim ao longo desses rápidos quatro anos, seja de forma direta, ocupando alguns espaços propriamente que me trouxeram questionamentos, ou em alguma reflexão individual enquanto aluna sob os substratos da própria formação.

A partir de uma formação acadêmica que proporcionou no currículo obrigatório o cumprimento da disciplina *Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural*, a qual estive por quatro semestres como monitoria e que também contribuiu pela escolha do projeto em si, pois aponta para os limites e desafios ainda aparentes. Entende-se que essa experiência propriamente no curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não é unânime nas outras graduações, seja pela persistente ausência na oferta de disciplinas com essa temática, ou seja pela predileção em aderir por um programa de monitoria tocante a esse eixo historicamente silenciado.

Muito tem se falado sobre a importância da saúde mental, e felizmente essa questão vem ganhando cada dia mais adesão na sociedade como um todo e ultrapassa as fronteiras acadêmicas. Mas aqui, faço um recorte pessoal sobre essa relação com a população negra, pois é a partir do estágio curricular obrigatório durante três semestres no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (AD)<sup>1</sup> que tive o “*insight*” para o objeto desse trabalho. É a partir de um dado não formal expressivo na instituição pelo menos para mim, pois, o perfil dos usuários era de maioria negro e, nesse caso, com um recorte de gênero, pois é composto por homens negros de faixas etárias variadas, desde jovens acima de 18 anos a idosos.

Não segui propriamente a delimitação da saúde mental na pesquisa, mas foi a partir da inserção nesse campo que fui lançada as indagações necessárias para construção desse objeto e o pensar sobre o lugar do Serviço Social nessas muitas complexidades que são as relações raciais no Brasil. Entende-se que a realidade do CAPS AD e o perfil dos

---

1 O CAPS AD é a instituição que oferece atendimento diário pela equipe multiprofissional a usuários e pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas psicoativas.

usuários enquanto maioria negra não é exclusiva desse dispositivo, visto que esse dado se expressa também em diversas áreas que o Serviço Social se insere.

Portanto, nosso objetivo geral foi compreender a partir da historicidade das relações raciais construídas na formação social brasileira numa continuidade exploratória/discriminatória que concebe a condição do ser negro no passado e na contemporaneidade. Assim, esse objetivo foi fundamental para analisar os objetivos específicos no lugar do Serviço Social dentro dessa dinâmica inacabada no Brasil que é o racismo que reflete nas relações raciais. Parte-se da hipótese de que se o racismo se ramifica historicamente em diversas esferas e, se expressa nas instituições e nos indivíduos que são responsáveis por operar tais espaços, bem como se manifesta na vida privada cotidiana de todas e todos, portanto, o Serviço Social não transpõe essa realidade que atravessa a cotidianidade profissional de qualquer forma.

Portanto, essa pesquisa vai se fundamentar a partir do primeiro capítulo na análise sóciohistórica da formação social brasileira, desde a constituição do sistema escravista e o progressivo modo de produção capitalista que reproduz disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais diante dos determinantes expressos a partir de conceitos como raça/etnia.

É a partir de ambas que as relações sociais são fundadas e institucionalizadas no território nacional. É pelo projeto em curso que se buscava extinguir ou deixar a população negra à margem social, seja pela substituição por trabalhadores imigrantes, pelo projeto de embranquecimento que visava um futuro onde esse grupo não existisse ou mesmo o mito da democracia racial<sup>2</sup>.

Assim, trazemos no capítulo I os aspectos sóciohistóricos da escravização, a constituição do capitalismo no Brasil com bases dependentes e o rebatimento destes na contemporaneidade brasileira, subsidiada a partir da articulação das relações étnicas raciais como pano de fundo para constituição do Brasil e o Serviço Social imerso nessa lógica que historicamente reproduz o racismo e de forma lenta passa o reconhecer. Dessa forma, buscou-se aprofundar as raízes político-econômicas que delinearão a construção do Estado brasileiro, além de possibilitar uma real absorção do modo que se constituiu à ordem social arbitrária nos países capitalistas periféricos. Foi através da apreensão das

---

2 Fernandes (1978) aponta que o mito da democracia racial foi a ideologia essencialmente arbitrária que buscou exprimir à existência do racismo na sociedade brasileira

literaturas que se buscou compreender as particularidades da formação social brasileira e as inflexões disto na contemporaneidade, com subsídio através dos indicadores sociais e a condição do ser negro atualmente.

O capítulo II buscou apontar argumentos constitutivos da relação direta de todos os determinantes sócio-raciais na sociabilidade capitalista brasileira e a correlação entre a questão social e a questão racial nos atuais marcos legais que regem a funcionalidade do racismo. Essa dinâmica influi no Serviço Social brasileiro enquanto profissão inscrita na contradição das relações sociais e os assistentes sociais enquanto profissionais que dão forma à intervenção no cotidiano que é onde mais chega a população negra. Portanto, a partir dos limites intrínsecos à formação, compreende-se a mesma enquanto dinâmica e inconclusa, e disto surge a maturidade teórica intelectual do Serviço Social na emersão das Diretrizes Curriculares de 1996.

Cabe referir que inicialmente utilizaríamos a metodologia de entrevistas e pesquisa de campo com assistentes sociais de diversas áreas de atuação do Serviço Social, através de questionário com pesquisas abertas e fechadas com perguntas relacionadas à reflexão sobre a adesão ou não da temática étnico-racial, o reconhecimento da questão racial enquanto aspecto fundante da questão social e a importância da apreensão crítica a partir desses determinantes no trabalho profissional. Iamamoto (2001) fundamenta que para captar a questão social, hoje, é essencial decodificar as desigualdades sociais com a configuração de raça, etnia, gênero, nacionalidade, religião a fim de decifrar as lógicas do capitalismo contemporâneo.

Reconhece-se a expansão da temática no interior da categoria profissional, mas ainda existem resistências ou mesmo desinformação no tocante a esse assunto, o que expressa uma limitação no interior da profissão ao qual pensamos ser fundamental decifrá-las. Assim, dado o atual momento, fora necessário transfigurar a metodologia do trabalho para pesquisa bibliográfica, uma vez que o novo contexto sanitário da COVID-19 impossibilita a ida à campo, tampouco o contato mínimo necessário para construção das entrevistas.<sup>3</sup>

---

3 Devido o cenário de pandemia, cogitamos realizar a entrevista de forma remota, mas a temática trazida nesse trabalho é cara para mim de forma pessoal e enquanto estudante/autora da pesquisa. Entendo que temas relacionados ao racismo ainda são considerados tabus por alguns profissionais que possuem certa “dificuldade” de compreender a questão de forma macroscópica e que não seja personalizada como um apontamento direcionado. Acredito que os instrumentos dessa nova realidade online trazem impessoalidade para o contato humano, distância e por vezes não transmite o que quer ser passado de forma adequada,

Constrói-se um novo paradigma dentro da profissão, sobretudo, fruto da coletividade e articulação das assistentes sociais negras articuladas com movimentos sociais negros que já aprofundavam e reivindicavam esse debate e já tocavam esse debate. Na formação ainda são muitos os limites como a importância de decifrar os determinantes sóciorraciais como algo não consensual e sólido, o que rebate diretamente no trabalho profissional.

Se concordamos que o perfil profissional se modifica significativamente da gênese até hoje em não se resumir as damas de caridade, não podemos falar que o perfil dos usuários ou a “clientela” assistida do século passado se difere do que temos hoje na trílice cor/raça/condição social.

O trabalho se fundamenta na compreensão de que os assistentes sociais estão submetidos historicamente nas instituições, da emersão à contemporaneidade e, portanto, ao reconhecer o racismo nas suas esferas, como institucional e interpessoal, suscita reflexões sobre a influência desse sistema de hierarquização no rebatimento do exercício dos assistentes sociais.

Assim, entender a importância das bases desiguais construídas no Brasil e o racismo reconhecido enquanto constituinte da formação social brasileira, subsidia teoricamente reflexões e análises sobre o que é nascer e se reproduzir socialmente enquanto negra/o visto que “a complexidade das relações raciais no Brasil revela o campo de disputas em que o Serviço Social é chamado a intervir, pois o projeto ético político que orienta o trabalho profissional do assistente social é portador de uma direção social na perspectiva da emancipação dos sujeitos coletivos” (EURICO, 2011, p. 8)

---

portanto, preferiu-se não realizar a metodologia pensada inicialmente de maneira online. Essa realidade impossibilitou um dos objetivos específicos do trabalho, que era a realização de pesquisa de campo e entrevista com os profissionais.

## CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CONTÍNUO DISCRIMINATÓRIO DO NEGRO

### 2.1. Capitalismo Dependente e o projeto exploratório da população negra

Buscamos compreender neste item a relação histórica que passa dominação externa, a qual deteve presença nos países latino-americanos e em conformidade com a aparência do capitalismo, tem-se uma face da dependência<sup>4</sup>. Essa dinâmica decifra a realidade latino-americana e, em particular, a realidade brasileira, a qual até hoje possui refuncionalidades contemporâneas na construção nacional.

A situação dos países periféricos, subalternizados no contexto internacional da divisão do trabalho influi para a condição dependente destes frente as economias centrais e a modernização capitalista, que buscava novas áreas para intensificar a acumulação. Disto, interfere na estrutura desses países em busca de relações próprias estabelecidas no contexto Latino e, em relação ao Brasil, o capitalismo brasileiro, em estágio de dependência em relação aos países industrializados.

No interior do capitalismo dependente, - emergente no processo de consolidação do capitalismo nas antigas colônias - não se possui condições iguais dos países periféricos dentro da órbita do modo de produção capitalista, visto que o valor produzido na periferia não é realizado na esfera interna, mas dinamizado e acumulado nas economias centrais. Como pontua Carcanholo “uma parte do mais valor produzido nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, e passa a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras.” (CARCANHOLO, 2013, p. 3).

A especificidade do desenvolvimento capitalista em territórios cujas economias são subordinadas, tal como na América Latina, infere diretamente no Brasil enquanto nação com desenvolvimento particular frente à lógica mundial e sob domínio do capital norte americano. A dependência dos países periféricos na divisão internacional é o avesso do desenvolvimento dos países centrais, de modo que os primeiros estejam num estágio

---

4 Compreende-se por capitalismo dependente uma relação em que uma economia estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra à qual está subordinada, o que se expressaria no fato de a economia dominante poder expandir-se autossustentadamente - de forma contraditória e dialética - enquanto a dependente só o faria como reflexo dessa expansão, ou de forma estrangida pela situação de dependência. O período em que a teoria da dependência emerge nos anos 50 do século XX, em meio aos debates de uma possível industrialização da América Latina e como ela sucederia. Ver mais em Carcanholo (2013)



de não independência dentro dessa lógica, portanto, a dominação externa funciona como estímulo para o domínio interno.

Assim, as economias centrais podem avançar de maneira independente, enquanto as economias periféricas são apenas reflexo a partir das necessidades das economias centrais, em que estas criam novos mecanismos de valorização e acumulação de capitais, a medida que procuram expandir-se em proveito das economias subordinadas.

Marini (1973) explicita que a dependência manifesta-se de maneira irreversível que não se desfaz simplesmente pela lógica da industrialização, como exemplo de alguns países como o Brasil, uma vez que esta não deriva apenas numa relação externa de subordinação a outros países, mas aparece igualmente da particularidade das relações internas de exploração. No contexto das limitações internas nos países periféricos, gerado pela intrínseca subordinação, há de fato o desenvolvimento do modelo capitalista nestas nações, contudo, com modalidades específicas de reprodução do capital. (ibidem)

A dependência representa a condução de relações entre países regularmente independentes, os quais são asseguradas pelos arranjos distintos de produção e acumulação, que culmina na formação de um capitalismo específico que torna uma dinâmica particular à observada nos países centrais e, revela o mercado mundial enquanto fenômeno que se destaca em modos distintos em regiões diferentes. (CARCANHOLO, 2013)

Identifica-se o aumento das relações de exploração subjetivas e materiais, as quais decorrem na inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho em formato dependente. Portanto, com a limitação das economias capitalista, resta-se o aumento da exploração da força de trabalho como fora pontuado, em que o modo capitalista agudiza os problemas sociais, pois esse salário se encontra inferior aos meios necessários de reprodução, portanto, tem-se um quadro de pobreza, violência, miséria.

Na dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente, o subdesenvolvimento manifesta-se nos mais diversos níveis da vida econômica, social, política e cultural e também reproduz internamente uma dinâmica desigual e combinada entre os diversos países e dentro de suas próprias regiões. A condição dependente determina a função da terra e as formas de exploração do trabalho em conformidade com os interesses dominantes (De souza, 2019, p. 169)

É nesta relação contraditória do modo de produção capitalista, durante o desenvolvimento econômico, que tem-se o quadro exponencial de exploração da força de

trabalho nos países periféricos (MARINI, 2000) que intensifica-se na medida em que o processo de industrialização e ampliação do capital constante se dará de forma lenta e gradual.

Em diversas passagens, Marx (2013) , em "*O Capital*" eleva a lógica orgânica geral do modo capitalista e pontua a forma de acumulação desse processo através da extração da mais-valia, a qual viola o valor da força de trabalho num compulsório processo de apropriação deste. Os trabalhadores que vendem sua força de trabalho na condição de valor de uso para os proprietários dos meios de produção, que passam a administrá-la dentro da jornada de trabalho.

A mercadoria trabalho difere de todas as outras, pois é a única cujo valor de uso consiste em gerar mais-valor. O autor também pontua um importante fio sobre a desproporção do capital constante – meios de produção – para o capital variável – força de trabalho – que é reduzido a medida que a tecnologia avança.

Além de parte do capital investido na compra da força de trabalho tende a aumentar, portanto, quando não há absorção pela via do trabalho e a admissão da força de trabalho em conformidade com as necessidades do capital, tem-se as condições necessárias para o quadro de pauperização, aumento do desemprego e condições instáveis que forjam o conjunto de reprodução social da população que não vende suas capacidades laborais.

Portanto, a lei<sup>5</sup> geral de acumulação capitalista trazida por Marx vai na essência do que denomina-se questão social, é a partir da funcionalidade da equação da acumulação capitalista como perpendicular à questão social, esta importante categoria de análise que atravessa o trabalho. Essa se manifesta nas mazelas históricas como intrínseca à acumulação capitalista como tendência, em que as determinações dos vínculos de dependência irão aprofundar e particularizar suas expressões.

Nessa lógica, Netto (2006) tece a questão social enquanto elemento constitutivo da relação capital e o trabalho que a determina e é exclusiva da sociabilidade do capital. Assim, o autor aponta que esse estágio de desenvolvimento capitalista produz diversas manifestações da mesma em cada momento histórico. Nessa lógica, a “questão social”

---

5 A Lei Geral de Acumulação Capitalista visa a manutenção da riqueza pela geração do excedente que resulta na acumulação de capital responsável pela produção e reprodução da riqueza através do trabalho.

é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (p. 157).

O autor destaca que a análise da lei geral da acumulação capitalista explorada na obra marxista, evidencia a densidade da questão social, desvela a sua forma, seu caráter de corolário (altamente necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. Portanto, são essas mediações de refração que se amplia as diferenças sociais a partir dos elementos provenientes das relações de trabalho e no processos imanentes do modo de produção capitalista. A lei geral de acumulação capitalista provê a redução gradativa do valor da força de trabalho, e se expressa na diminuição dos salários pagos.

Nas fases de desenvolvimento do capitalismo, este se fortalece no Brasil com características específicas, tanto no modelo de escravismo como no modo de trabalho livre, onde não houvera ruptura com as grandes nações imperialistas enquanto parte indissociável destas relações engendradas

Tardamente próxima ao início do século XX e portanto, foram fenômenos os quais explicitam a herança colonial e subordinada como raiz do capitalismo que se desenvolvera no Brasil, assim “a condição independência das Nações só abriu espaços para a ação do capital estrangeiro, comercial, especulativo e usurário, que não se destinavam a modificar os modos de produção existentes. Ao contrário, era necessário mantê-los como forma de dar continuidade à absorção de excedentes internos para o exterior” (DE SOUZA, 2019, p. 168)

Desde a instauração da República, consecutiva ao fim do trabalho escravo, o Brasil ocupa papel econômico secundário e dependente na divisão internacional do trabalho. Destaca-se a articulação a economia mundial deu-se, inicialmente, por intermédio do trabalho escravo, e, posteriormente, submetido aos interesses e movimentos econômicos externos sob o trabalho livre e, não fora substancial para tornar-se autônomo – mesmo vivenciando a independência. Não desenvolveu-se, portanto, o controle sobre a economia e sua função no capitalismo global.

O trabalho, liberto formalmente das condições vis da escravidão e da servidão, não pode existir como meio de emancipação humana na sociedade dominada pelo capital. E sob as condições particulares do capitalismo dependente, as relações de trabalho só podem existir permeadas por níveis de exploração que proporcionem uma apropriação de excedente econômico correspondente à drenagem de riqueza para as classes dominantes externas e para necessária manutenção do status quo das classes dominantes internas (ibidem, p. 175)

Este quadro logra e relega ainda hoje um estágio estrutural de desigualdade, com uma economia que privilegia a concentração de renda e a exploração, onde as elites econômicas contemporâneas detém domínio geral. Portanto, o capitalismo tal qual o brasileiro, gravita em torno dos avanços dos países centrais, logo, é sempre atrelado ao desenvolvimento destes, como um fenômeno que atravessa a realidade brasileira desde a colonização até a contemporaneidade de formas distintas.

As relações de produção capitalistas voltadas à exploração da força de trabalho, acirra o desenvolvimento do modo de produção capitalista que amplia o processo de concentração, e, conseqüentemente, agudiza a acumulação de riqueza e propriedade privada paralelamente a tendência acentuada de pauperização.

Nesse processo, há o rebaixamento do valor da força de trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho que se intensifica na aquisição das tecnologias e aumenta a produtividade do trabalho sem que esse aumento seja proporcional ao ganho do trabalhador. A acumulação faz com que haja investimento de máquinas potencializa a produtividade do trabalho (mais-valia relativa). Isso se transforma no modo produtivo pois há o aumento do investimento no capital constante e redução no capital variável.

Esses dinamismos de condição singular na reprodução capitalista dos países subordinados, tendência a pauperização dos trabalhadores com suas ocupações determinadas pelas necessidades de reprodução orgânica do modo capitalista. Daí parte-se a noção de Questão Social, objeto imprescindível para compreensão da manutenção de particularidade do Brasil na divisão internacional do trabalho, o qual aprofundaremos nos itens seguintes.

Essa situação em particular no Brasil se agudiza ao passo que mantém o valor da força de trabalho abaixo dos padrões necessários e que constitui na relação entre o capital e o trabalho, baseada na superexploração e na redução das necessidades básicas da reprodução dos trabalhadores. Eleva-se o grau de precarização pela via do trabalho e o desassalariamento crescente, portanto, gera-se a particularidade da questão social com as características que o capitalismo assume na formação social brasileira como característica iminente dessa sociabilidade contraditória.

Portanto, esse quadro demarca a particularidade da questão social no curso histórico brasileiro, ao passo que o Estado não assegura condições mínimas para

conservar a reprodução do segmento trabalhador, e a não remuneração mínima necessária desses trabalhadores de forma a garantir sua subsistência.

O Brasil como país de economia dependente , imerso na órbita da divisão internacional do trabalho, estrutura-se a partir das relações sociais na correlação de força baseadas no quesito racial que corresponde a própria historicidade brasileira até a contemporaneidade. Uma organização social e política que, por um lado, superexplora mais duramente a população negra, e, por outro, nega-os enquanto seres existentes e cidadãos, em que preserva-se os velhos modos de concentração e distribuição da riqueza produzida.

No Brasil, que passa da economia colonial para economia agroexportadora que se preserva até a contemporaneidade, manteve-se o estágio de subordinação frente aos países centrais, onde prevaleceu a impossibilidade de desenvolvimento nacional não dependente, sobretudo pela dominação estrangeira que impera na economia interna. Esta dominação colonial e seguidamente agroexportadora deteve-se por forte restrição tecnológica, mantendo características exportadoras de recursos primários e agudiza os padrões ínfimos de cidadania

A continuação de tomadas de decisões e os projetos societários que não rompem à lógica de exploração, somam as contradições de uma economia dependente que se expressa nas relações cotidianas, e, a partir da centralidade do trabalho, cumpre apreender esse movimento atravessado à sociabilidade de negros e negras. Estes como contingente populacional atingido em maior dimensão de reproduzir-se a níveis de desigualdades sociais proveniente do modo de produção capitalista.

Os trabalhadores que não se inserem enquanto assalariados e que não vendem sua força de trabalho para produção orgânica do capitalismo, são atravessados pelo desemprego e compulsório exército industrial de reserva que se torna condição comum na sociabilidade capitalista e, conseqüentemente, agudiza-se perante a população negra.

Este quadro de subalternidade constitui um modelo capitalista econômico brasileiro, o qual dialoga com a superexploração do trabalho que se expressa, ao longo da história, por meio da precarização do trabalho para suprir as defasagens tecnológicas e permitir a transferência de parte da mais-valia aqui produzida para o exterior. É, portanto, intrínseco a estrutura de superexploração, que se detém na dimensão da pobreza e a

miserabilidade que são percebidas nos países periféricos e que, portanto, possui funcionalidade à medida que

O **racismo** é, no capitalismo dependente uma determinação fundamental na racionalização dos desníveis sociais criados pela apropriação dividida da riqueza entre as classes dominantes internas e externas. Ele antecede a organização capitalista do trabalho neste território e confere sentido às ações das classes dominantes internas na tentativa de defender seu status quo frente à dominação externa. Criado pela dominação colonial clássica, o racismo foi reproduzido pela dominação imperialista, que por si mesma expressa formas de colonialismo. O imperialismo deu critério pseudocientífico à inferiorização dos dominados criado pelo colonialismo. O **racismo** expressa, portanto, no capitalismo dependente, a racionalização do abismo social criado entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, reproduzido internamente pela superexploração das classes trabalhadoras (De Souza, 2019, p. 176)

Historicamente, este estágio de subordinação exterior marca a formação do Brasil em continuidades, como pode ser percebido com o fortalecimento dos vínculos dependentes do mercado externo, que, por sua vez, é sustentáculo das relações sociais pela via da desigualdade, sobretudo entre negros e brancos.

A população negra, na órbita do capitalismo brasileiro, constituiu-se como exemplo de *superpopulação relativa*, os quais possuem instabilidade no mercado de trabalho decorrente da expressiva massa europeia pós-abolição e, posteriormente no trabalho livre é o subemprego, desemprego e a ausência de condições de subsistência.

Em paralelo a Marx (1988) que ressalta diferentes níveis do que ele denomina de *superpopulação relativa*, onde classifica os primeiros os quais ora estão inseridos no mercado de trabalho, ora estão desempregados; já o segundo está presente na área rural, mas migra para territórios industriais em procura de melhores condições laborais e o terceiro e último grupo representa os que não estão inseridos em emprego fixo e, portanto, são desprovidos das condições mínimas de subsistência.

É através destes fenômenos que se expressam as mediações necessárias que se tem sob o capitalismo dependente e seu fundamento superexplorador à medida que combina a ausência de direitos e a miséria para um contingente populacional, assim, tem-se mediação necessária para determinar esse mecanismo através do fator racial. O valor do assalariamento também é determinado a partir da desigualdade através da raça/etnia, os negros são atingidos por menores salários, maior presença nos trabalhos informais, ausência de proteção trabalhista e desemprego.

Na América Latina as relações sociais que definem a relação capital x trabalho, e portanto, o valor da força de trabalho, têm o racismo como uma contradição

suplementar na sua dialética. O racismo determina e movimenta a dialética da dependência, assim como a transferência de valor. Esta, no nível da realização da mais-valia expropriada e o racismo no nível das relações concretas da produção de mais-valia, a medida que a divisão social do trabalho no capitalismo dependente, é largamente estruturada a partir de um recorte racial. (Souza, 2019, p. 231)

Todo esse complexo social inclinou para formação cíclica do pauperismo e a chamada questão social que é permeada por questões sóciorraciais. Ao passo que ideologia de dominação burguesa - em essência racista - ratifica as contradições da sociabilidade dependente e o processo de superexploração no Brasil, temos uma condição particular de opressão demarcada por elementos raciais. Esta legitima a racionalidade e o ordenamento social apropriado na acumulação capitalista, que assegura a superexploração destes sujeitos que soma e atualiza novas e antigas contradições dentro da órbita capitalista e da exploração contemporânea.

o rebaixamento do valor da força de trabalho da parcela negra e indígena da classe trabalhadora, referenciado também no racismo, impacta na conformação da superexploração do conjunto da classe trabalhadora, rebaixando a média geral da remuneração de todos os trabalhadores/as neste contexto. É nesta perspectiva que o racismo se apresenta como uma determinação social e histórica que complexifica as contradições à dinâmica da lei do valor neste território. (SOUZA, 2019, p. 232)

Conforme os indicadores expostos que serão trabalhados no quarto item, busca-se subsidiar através das amostras expostas a reprodução da população negra neste território de expropriação e complexos sociais intrínsecos a esta sociabilidade deficitária em essência, que não se auto promove, tampouco supera-se. Assim, compreender até que ponto as cisões históricas inscritas na realidade brasileira são contínuas e não “estanques” porque são justamente o impulso que reifica a estrutura produtiva frente a dependência e estratifica sujeitos dentro dessa dinâmica a partir da organização da força de trabalho.

É na contradição das relações sociais, que possui fortes marcas na sociedade "livre" pela via do trabalho, que acena e reifica a dominação institucionalizada presente nos idos dos séculos coloniais. Assim, entende-se que os elementos que circundam à sociabilidade negra, nos processos contraditórios insuperáveis fundamentalmente do capitalismo dependente, são compreendidos como determinantes nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, a partir da compreensão da sociedade latino-americana em fertilidade brasileira carregada de complexidade.

É a partir dessas relações sociais essencialmente violentas e racistas, fundamentadas no horizonte do capitalismo dependente e na construção das relações de

produção e reprodução que podemos compreender as relações desiguais ao passo que fortalecem o processo de exploração/dominação com particularidades no campo racial.

Portanto, são esses vestígios anteriores à industrialização, desde os povos originários e a população negra na particularidade da América Latina, sobretudo do Brasil, e portanto, é fundamental retomar essa discussão em vista desta superexploração que se ramifica no que Marini (2005) pontua como, que totaliza um conjunto estrutural de miséria e se retroalimenta com a ampliação da produtividade, embora esta não se expresse sob o aumento do valor da força de trabalho que amplia essa produtividade.

Neste sentido, no capitalismo dependente, como sinalizado em linhas precedentes, o valor da força de trabalho é violado de modo a não atender as necessidade de reprodução da força de trabalho, entende-se que no caso da população negra, pelo viés do racismo, terá seu trabalho uma maior superexploração, ligada aos dispendio físico de energia dos trabalhadores. Essa mediação aprofunda as desigualdades raciais ao mesmo passo que aprofunda um rebaixamento salarial para classe trabalhadora.

Portanto, dimensionar a dialética da riqueza e da miséria, pois a primeira precede do empobrecimento da população e é consequente agudização da questão social, a qual dá concretude ao quadro social decorrente dessas relações econômicas, a qual se metamorfoseia nas estruturas criadas na atualidade e que evidenciam a barbárie na conjuntura do século XXI. Essas expressões históricas de superexploração vinculadas a raça/etnia, classe e gênero, são intrínsecas especialmente à reprodução e dominação que se prevalece no capitalismo dependente dentro de uma perspectiva de democracia.

## **2.2. Das correntes coloniais às correntes invisíveis na sociedade livre: imobilismo sóciohistórico da população negra no Brasil.**

O princípio de escrita desse capítulo se fundamenta em descortinar as discussões acumuladas na historiografia brasileira perante a população negra e o nosso passado escravocrata-colonial, sobretudo, as narrativas que nos são postas perante a marca desses períodos, atravessados na construção de um país que foi visto, por alguns, como exemplo e ensaio de progresso, bem como o ápice de uma democracia racial. Essa compreensão apresenta uma visão esvaziada e passiva de sujeitos, destituindo sua posição dinâmica e seu protagonismo social.



É bastante significativo e contraditório que os avanços sociais não sejam problematizados a partir das marcas do seu passado mais bárbaro que se expressam, ainda hoje, em termos de rankings de desigualdades no mundo na ocupação de sétimo país<sup>6</sup>, perdendo, somente, para nações do continente africano.

Portanto, a linearidade de desenvolvimento não se segue perpendicular, ora, a expansão e consolidação das grandes cidades e das relações sociais capitalistas, como dado incontestável, acentuaram, concomitantemente, a não realocação da população negra egressa do sistema escravocrata nesses espaços, e que, portanto “viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela” (FERNANDES, 1967, p. 120).

A transição do sistema escravocrata para o capitalismo no Brasil ratifica, secularmente, a submissão exploratória da população negra. O esgotamento do sistema escravagista<sup>7</sup> dá espaço para progressão do modo econômico vigente de trabalho assalariado. E que, respectivamente, possui resquícios até hoje num processo de coisificação da/o negra/o escravizada/o com elos conectivos no pós-abolição e contemporaneidade.

Portanto, não há interrupção ideológica do imobilismo contínuo da/o negra/o, nem mesmo na extinção na passagem de um sistema para outro, pois “se os negros brasileiros possuem condições inferiorizadas de vida e de trabalho em relação ao equivalente branco, isso se explica a partir da consolidação e transição para o modo de produção capitalista.” (FAGUNDES, 2020, p. 56).

Assim, o dinamismo de se criar um arquétipo negativo consciente sobre o negro, fez parte do projeto nacional, cujo êxito consistia em justificar o não absorvimento destes sujeitos nos moldes do trabalho assalariado. São os imigrantes que irão ocupar os postos de trabalho. Ou seja:

Terminada a escravidão, o negro foi atirado compulsoriamente às grandes cidades em formação, procurando trabalho. O grupo migratório estrangeiro, no entanto, já entrava maciçamente no sentido de excluí-lo do centro do sistema de produção que se dinamizava. (MOURA p. 11, 1983).

---

6 Ver em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>. Acesso em: 21/06/2020

7 Sob a máxima pressão pela abolição e o comércio de escravizados, sobretudo a partir dos anos 1850. Os ingleses queriam expandir seu mercado para o Brasil e para isso precisavam de mais consumidores, consequentemente, mais trabalhadores livre. Houvera também fortes movimentos abolicionistas, onde os negros lutaram por um movimento de ruptura com o sistema vigente até então.

Assim, as premissas acerca da população negra, seus desdobramentos no Brasil e suas condições impiedosas no trabalho e sociabilidade remetem a traços presentes na formação social brasileira. No entanto, a realidade de submissão nacional imposta à população negra, mesmo depois de quase dois séculos, possui intercessão direta com a forma arbitrária exploratória para esse segmento e que se reverbera até hoje “o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida, suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes.” (YAZBEK, 2018, p. 311)

Desta forma, torna-se indispensável o movimento constante entre a manutenção de traços do sistema escravista no modelo capitalista emergente, numa ideologia retardatária que fica difundida em meio às contradições pertinentes ao negro no Brasil, reduzindo-os como sujeitos no acréscimo de emaranhado de desigualdades, pois

À medida que a crise do capitalismo dependente - como parte da crise geral do capitalismo - se agrava e as suas contradições se aguçam, as autoridades responsáveis pela repressão direta começam a executar batidas e rondas noturnas contra a população pobre e marginalizada, e, neste trabalho mantenedor dos privilégios e da segurança do sistema, o negro é o grande atingido. (ibid, pág. 10-11)

Assim, se torna irrefutável a análise que capture a persistência de traços do sistema escravista no processo de implementação do capitalismo no Brasil. Pois, isso nos alerta para mesmo numa escrita dos anos 80 do século XX diante de um paradigma previsível que não seria rompido a termos estruturais até os dias atuais: o capitalismo dependente, com incontáveis crises, contradições e ciclos de ressignificação não abre mão da caça direcionada, institucionalmente, a sujeitos de condições específica.

Desta maneira, no jogo de escrita, o movimento busca ultrapassar as relações puramente dicotômicas básicas de negros versus escravismo, que por ora fora registrado sem o dinamismo e impacto sociopolítico devido e as reinvenções – nem sempre com abordagem merecida - desses períodos.

Portanto, pode-se afirmar, ou aludir, que o último país a abolir o sistema escravista o superou a ponto de modelar, dentro de suas relações, uma democracia racial? Assim, Moura (1987) contesta que a especificidade do Brasil “é todo um espectro de pensamento que procurou antes racionalizar e atualmente tenta romantizar, através de vários

argumentos, a forma despótica como existiu a escravidão no Brasil.” (MOURA, 1987, p. 43).

Num movimento oscilatório constante, mesmo na vasta sentença unilateral e esvaziada, o negro enquanto categoria imersa na formação social brasileira e as consequências advindas dessas construções não são isoladas e meramente interpessoais, visto que há submissão às sentenças que secularmente se reinventam e atuam de forma travestida de novo, como exemplo do racismo e suas vertentes, que será sinalizado posteriormente.

O racismo não é produto de mentes desequilibradas que são exceções e individuais, logo, não pode ser reduzido somente às relações interpessoais. Pelo contrário, é um fenômeno enraizado que se moderniza e avança em novas formas com o período histórico. Ou seja, somente se degenera o que nunca teve um final fatídico, sem espaços para falsas simetrias de superação, e que só vem sendo mais exposto como nunca experimentado.

Para Rufino (1988), temos no Brasil uma crença fidedigna da democracia racial como fenômeno cristalizado, que atrela o Brasil enquanto “nação modelo” que reconhece sua trajetória escravocrata e busca fazer o caminho contrário, que mesmo vivenciando secularmente um sistema de barbárie, seria capaz de superar e suprimir todas as mazelas aferidas à segmentos da sociedade marcados pelo passado escravagista.

Há uma comunhão de ideias dos autores que discorrem sobre a historiografia das relações sociais e da colonialidade no Brasil, sejam os vanguardistas como Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzaléz ou os mais atuais das diversas áreas que destrincham e complementam o complexo de análise na contemporaneidade. A maioria, em seus escritos, sinaliza que a categoria classe é pouco articulada ao elemento raça para dar conta da complexidade do desenvolvimento das relações capitalistas e das relações raciais no Brasil.

Assim, por mais que as relações sociais tenham sido demarcadas sobre o princípio de grupos convergidos pela raça, biológica e sociologicamente, a análise que se cristaliza dessas relações fogem desse raciocínio e se apoiam num ciclo aparente que desconsidera e desqualifica a questão racial como elemento para compreensão da formação social brasileira.

Essas determinações configuram o campo da aleatoriedade e sem proporções concretas, pois: se o fator raça não é imbuído enquanto mantedor de tal realidade e presente nas relações, logo, ele é assimilado como elemento que teve fim e fora superado, portanto, desqualifica-o como marca insuficiente, ou que é reduzido à margem social.

O presente raciocínio busca categorizar as relações sociais no Brasil por etapas e não em sua inter e complexa relação, neste caso, atribui-se ao racismo como uma experiência vivenciada até o fim do período escravocrata, portanto, os períodos sucedidos do ano de 1888 seriam teoricamente superados da ideologia de exploração e dominação pela hierarquização racial.

Partindo das ponderações precedentes, compreende-se, portanto, a performance linear da democracia liberal brasileira em não reconhecer-se enquanto agente mantenedor do racismo e da desmoralização racial, traz há nível sistemático a descrença histórica sublinhada hodiernamente, periodizada

após 1888, a população negra passa a ser considerada livre e possui status de cidadania brasileira, no entanto, sem condições objetivas e subjetivas para tanto. Ademais, em nenhum momento da história cogitou-se a possibilidade de realizar um processo de reparação econômica pelos quase 400 anos de escravização, ficando evidente o porquê de a população negra compor as favelas, morros e periferias urbanas e rurais. (CORATO, 2020, p. 49).

Assim, quando não relegados à situação do trabalho, tem-se um vasto esforço ideológico que busca dar benignidade ao período escravocrata e a sua descrença, com a propensa desarticulação política do segmento negro em vista do seu passado que mesmo devastador, é negado<sup>8</sup>. Portanto, estes posicionamentos minimizadores que circundam nos projetos políticos que aqui se estabeleceram, são introjetados ao ponto de não serem tratados de forma integral. E, que por isto, tenha-se um imaginário comum de superação do racismo e da escravidão, ou apenas como marcos subjacentes em nossa sociedade,

sem que sequer se tenha enfrentado o assunto-problema com a coragem e a honestidade científicas capazes de mostrar como o comportamento de grandes grupos e segmentos brasileiros, ao nível de dominação-subordinação, ambiguidade-agressão e outras dicotomias antagônicas são, ainda, reflexos dos quase quatrocentos anos de escravidão. (MOURA, p. 35, 1983)

---

<sup>8</sup> A funcionalidade do racismo é negada historicamente e não se encerra na atualidade. Ver mais em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 24/11/2020

Assim, as determinações que atravessam a realidade dos episódios inerentes ao Brasil, de forma reduzida e com o fim puramente sobre si – no caso do sistema escravista – fazem dele palco de inúmeras contradições dentro da sua própria lógica. É como se as marcas concretas do colonialismo enraizado nessa sociedade fossem insuficientes para, de fato, dizermos que se protagonizou um regime de segregação fidedigno. “Na realidade brasileira, a ausência de um regime como o apartheid e Jim Crow estadunidense, favoreceu por muito tempo a ideia de paraíso racial, onde brancos e não brancos conviviam harmoniosamente após o fim da escravidão”. (ORTEGAL, 2019, p, 420).

Os trilhos que o capitalismo fora se espalhando mundialmente traz, no Brasil, um traço estável da herança colonial pós-abolição que inviabiliza uma mudança estrutural para a população egressa das senzalas, visto que “nós aqui ainda permanecemos esclerosados pela permanência da escravidão, fato que produzirá imenso atraso histórico em relação aos países que não sofreram a escravidão colonial por tanto tempo” (MOURA, 1983, p. 22)

As condições execráveis direcionadas aos negros foram sucessórias no pós-escravismo e na consolidação das relações de dependência

Após a escravidão, com a formação do atual modelo de capitalismo dependente, o negro foi jogado à periferia do sistema para ser mantido na faixa da marginalidade compulsória e, com isto, manter os trabalhadores engajados no processo de trabalho recebendo baixos salários. Com isto, mantém-se a taxa de lucro máximo das multinacionais, controladoras, praticamente, do mercado de trabalho brasileiro naquilo que ele, tem de mais significativo e dinâmico. (ibid., 1983, p.12)

No panorama global, as nações estavam cada vez mais incorporadas à lógica capitalista conduzida pelo imperialismo inglês. Porém, a situação do Brasil, possuía barreiras para alcance do desenvolvimento do capitalismo num comparativo com as nações industrializadas. Tudo isso devido à sua prolongada marca colonial escravocrata, sobretudo, a forte dimensão ideológica do discurso perante o escravismo e seus resquícios, adquirindo, posteriormente, no processo de industrialização capitalista que denotava sua instabilidade político-econômica.

Dessa forma, enquanto os países europeus vivenciavam o avanço da industrialização, das múltiplas expressões da questão social e a ascensão da classe trabalhadora como sujeito revolucionário, no Brasil, a tentativa era ainda por revogar institucionalmente leis derivadas da escravidão, como a exemplo da Lei Eusébio de

Queirós<sup>9</sup>. Dito isto, ficam evidentes as discrepâncias e disparidades a nível político, econômico e social que assolaram incessantemente e ratificaram a situação retardatária posta no Brasil (MOURA, 1983).

Portanto, todas estas estruturas político-ideológicas que circundam as transformações ditas desenvolvidas no Brasil foi partícipe para “mitos e racionalizações do escravismo que são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada” (ibid., 25)

Desta maneira, ficam evidentes os processos políticos ramificados da escravidão, que possuíam mecanismos estruturais reguladores sobre a sociabilidade negra e seu status inerte sob a burguesia brasileira. No que condiz com o trabalho, num processo que fora justa posto a nível hierárquico, porém, remodelado na lógica de trabalho assalariado que poderia remeter as circunstâncias de exploração compulsória equivalentes ao período escravocrata, conforme será visto.

Assim, a racionalidade do capitalismo coaduna-se diretamente com a hierarquização racial mantenedora da condição renegada e negligenciada desta população. São mecanismos ideológicos que sentenciam toda uma herança cultural, político e social, com profundos vestígios de relações escravistas na estrutura social contemporânea como sinalizado ao longo do trabalho.

A população negra, depois de quase quatrocentos anos despóticos que se debulharam sob suas condições tirânicas provenientes das elites dominantes que buscou reduzi-la à passividade. Busca-se não situá-lo historicamente “no sistema competitivo do modo de capitalismo dependente, ao tempo que remanipula os símbolos escravistas contra o negro, procura apagar a sua memória histórica a fim de que ele fique como homem flutuante, histórico”. (ibid. p. 29).

Neste sentido, os movimentos organizacionais da população negra em prol do abolicionismo e movimentos de mudança política no geral, não lhes deram o reconhecimento enquanto classe dinâmica e agente nos períodos brasileiros. Pelo contrário, há um apagamento histórico em reconhecer politicamente esses sujeitos

---

9 Foi a Lei responsável por determinar a proibição do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravatura no Brasil.

enquanto partícipes nas inúmeras revoltas regionais e transições de um modo produtivo para o outro, que fora contestado pela população negra através das revoltas.

A ideologia estrutural de anulação social, econômica e política disposta ao negro fora potencializada estruturalmente, resultando em ínfimas mudanças substanciais na reprodução social daquele segmento. Assim, o estigma de coisa sobreposto à cidadania do negro fora acompanhado do sistema escravista ao novo modelo dependente e que se sucedera secularmente também, já que

saído da escravidão, o ex-escravo não foi, ainda, incorporado definitivamente como cidadão à sociedade brasileira. Forma o grosso da população das favelas, alagados, cortiços, exercendo profissões consideradas infamantes e anti-higiênicas na faixa do subemprego, da marginalidade e da criminalidade do miserável. É o cidadão repellido da nossa sociedade (MOURA, 1988, p. 138).

Tem-se, desta maneira, um desafio cíclico que não se esgota na formação social brasileira - o não rompimento das contradições típicas ao desenvolvimento interno brasileiro - que fora assentado em relações produtivistas que se escoravam estruturalmente a velha ordem colonial escravista, abala diretamente a situação do negro no Brasil com resquícios vivos até hoje.

Foram experimentos de um sistema visto enquanto inovador, sobretudo no período sucessório ao escravismo, que protagoniza a acumulação de riqueza e a elevação de vida (não na perspectiva universal), resultantes da criação e multiplicação dos desníveis, ou seja, o desenvolvimento é atravessado pelas tensões e novas necessidades Ianni (1966).

Dada realidade ininterrupta, as ações de ressignificar as condições sub-humana enquanto população negra, foi um dos mecanismos que, minimamente, deram sentido de autonomia – ainda restrita – ao segmento dominado. O desafio posto não era muito diferente do que se reencontra hoje na dimensão ideológica que assola a realidade da população negra. À época, a discriminação racial passa a ser exercida não mais de forma escancarada, mas sim exercida de modo velado que impera até os dias atuais.

### **2.3. Do negro escravizado e a condição do negro livre na contemporaneidade**

Os resquícios estruturais pós-colonização dão continuidade às relações de trabalho precarizado num país que vendia imagem de isonomia entre os sujeitos, de democracia

racial e em processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Nesse cenário, a absorção neste sistema se deu, prioritariamente, àqueles que fugiam do ‘padrão’ estabelecido pela estratificação social e racial.

Assim, “as mudanças externas e internas na configuração do capital internacional se desdobram em uma nova perspectiva em relação ao processo de exploração da força de trabalho”. (FAGUNDES, 2020, p. 57). Nota-se, portanto, a herança dos moldes escravistas estabelecidos pelos mecanismos controladores de estratificação que a população negra possuía e ainda possui.

Desta forma, há confluência entre as ideologias dominantes e os impactos físicos que se tornaram inflexíveis nas décadas passadas, até, enfim, os movimentos políticos que se levantaram frente a esse quadro letárgico da população negra livre. Portanto, o entendimento perante a reprodução social e material do negro com suas variáveis era indissociável da perspectiva embranquecida no sentido de reafirmação do status inerte e imobilista para a população negra, delegada à

esse gueto invisível que faz do negro brasileiro ser apenas elemento consentido pela população branca e rica, autoritária e dominante, é que deverá ser rompido se o Brasil não quiser continuar sendo uma nação inconclusa, como é até hoje, isto porque teima em rejeitar, como parte do seu ser social, a parcela mais importante para a sua construção. (MOURA, 1983, p. 12)

Portanto, segue-se em falsa suplantação das mazelas fortificadas historicamente pelo escravismo enraizado de sujeitos apartados dos ideais civilizatórios, reafirmados pelo capitalismo dependente. Desses, orquestrados num ritmo ideológico explorador justificado que reafirma, a expropriação formal do negro, sendo “o racismo uma espécie de resquício da escravidão, uma contaminação essencial que, especialmente nos países periféricos, impediria a modernização das economias e o aparecimento de regimes democráticos.” (ALMEIDA, 2018, p. 186)

O Brasil se destaca nesta dinâmica contraditória inconstante, visto que à nível estatal, pode-se dizer que não há aqui um racismo explicitamente legislado, como exemplo dos EUA e suas leis institucionais como *Jim Crown* e o *Apartheid*. No caso específico brasileiro, há um racismo diluído no imaginário social que se camufla perfeitamente na narrativa liberal.

Destas problemáticas, esvazia-se parte de suas violências direcionadas num “sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que



remanipula os símbolos escravistas contra o negro, procura apagar a sua memória histórica a fim de que ele fique como homem flutuante, histórico” (MOURA, 1983, p. 29). Nesta direção, a situação do negro na sociedade brasileira nunca foi propícia à superação dos traços da escravidão, não desfrutaram de condições igualitárias de desenvolvimento e foram relegados, pela branquitude, a situação de subsistência sob condições deploráveis

na sociedade de capitalismo dependente que se estabeleceu no Brasil, após a Abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a como sendo uma situação não-competitiva. Com isto, o aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social e, para isto, havia necessidade de se neutralizar todos os grupos de resistência - ideológicos, sociais, culturais, políticos e religiosos — dos dominados. Como a grande maioria dos explorados no Brasil é constituída de afro-brasileiros, criou-se, de um lado, a mitologia da "democracia racial" e, de outro, continuou-se o trabalho de desarticulação das suas religiões, transformando-as em simples manifestações de laboratório (MOURA, 1988, p. 55).

A questão racial enquanto instrumento de análise vai sendo deslocada e substituída por uma temática ‘mais ampla’, que, pode-se dizer, constitui uma “aparente resolutividade” frente ao racismo e seus desdobramentos. o mito da democracia racial impacta direta e negativamente o desenvolvimento de possíveis ações eficientes e estruturais sobre as especificidades do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, em especial, a população negra.

O não pertencimento nacional difundido na formação da República, se atrelava à dificuldade de integração racial étnica, foram tragados paradoxalmente à rígida hierarquia difundida pela elite. Os conflitos e entraves foram crescentes, sobretudo após 1888, como discorre Moura (1983) em *Raízes do Protesto Negro*, que evidencia o “chute na porta” que fora necessário para que ampliação de fato na dita cidadania jurídico formal à qual o Brasil vendia, transcendido pela a forte posição política de mobilização negra que abriu alas para o início do século XX.

Assim, a passagem do regime de trabalho escravizado para o trabalho assalariado, no capitalismo dependente, foi combinada por elementos de opressão racial, “determinado por fatores econômicos, ideológicos, políticos e culturais. Estas determinações foram sofisticadas no bojo da elaboração e difusão da ideologia da democracia racial como forma de conceber uma pior forma de vida e trabalho ao trabalhador negro” (FAGUNDES, 2019, p. 58).

Desconsiderar a categoria raça enquanto instrumento sociológico cria uma falsa identidade nacional e instrumentalizar a construção de um sistema que estratifica organicamente a população negra e aprofunda o racismo enquanto ideologia estruturante das relações sociais. Esses elementos são, portanto, determinantes históricos cruciais que descortinam “como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permanece basicamente a mesma, nos mecanismos de dominação, inclusive ideológicos mantidos e aperfeiçoados” (MOURA, 1983, p. 39)

A partir desses elementos articulados, tem-se um quadro secular geracional que se desdobra na contemporaneidade. Suas expressões estão presentes quando nos defrontamos com os impactos do racismo como uma ferida ainda aberta nas mais distintas esferas sociais e etapas históricas. O progresso do capitalismo no Brasil teve inócuas variações na inserção da população negra recém-egressa do escravismo no espaço social e do trabalho, pois

no ensejo das ativações presentes no período determinadas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, a acomodação da parcela negra do proletariado brasileiro enquanto exército industrial de reserva abre precedente para uma forma *sui generis* de relação capital-trabalho. A dinâmica do capitalismo dependente, agudizado pelas características nacionais e as determinações inerentes ao período transitório, acaba por focalizar todo proletariado brasileiro a um regime de superexploração. (FAGUNDES, 2019, p. 61-62).

Assim, tem-se no pós-abolição a validação dos mecanismos de controle pelos antigos senhores de escravizados, agora dominantes nas novas relações de trabalho livre, os quais tinham:

[a] necessidade da existência de uma franja marginal capaz de forçar a permanência dos baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada, na sua esmagadora maioria, pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1983, p. 37).

Estas vigentes condições do “novo” sistema possuíam pouca concretude, senão somente a título de nomenclatura, visto que seus trabalhos eram análogos à escravidão, sendo estes grupos a “parcela da classe trabalhadora despossuída de qualquer bem material, do direito sobre seu próprio corpo e força de trabalho, o negro escravizado atravessou a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado sem uma ruptura econômica com a sua antiga condição” (FAGUNDES, 2019, p. 59).

Assim, configurava-se massivamente a imagem nacional de democracia racial sobreposta à opressão dos negros de forma sutil e sofisticada, num discurso de harmonia

entre todos os grupos, respaldados com os novos padrões de combinação do colonial com a modernização intrínseca ao desenvolvimento e industrialização brasileira, sendo estes responsáveis pelas características do Brasil enquanto nação fragmentada.

Percebe-se, pois, que o funcionamento das determinações da produção capitalista no Brasil foi vital para o status de imobilidade dos negros, ora, pois se deparavam com a amplificação da industrialização e economia urbana sem ou nula inserção nestes, destas combinações econômicas “da modernização conservadora, que, em nome da manutenção da desigualdade e da concentração de renda, exigiram a supressão da democracia, da cidadania e a ocultação de conflitos sociais, inclusive os de natureza racial” (ALMEIDA, 2018, p. 192).

Dada a racionalidade, o não adentramento da população negra as funções ocupacionais fora responsável pelas tendências exclusivas que o restringiram, de acordo com Moura (1988) à “franja marginal” destacada no pós Abolicionismo, numa crescente ideologia de divisão racial do trabalho, sem a distribuição e aproveitamento da força de trabalho deste grupo, tendo-se assim “lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano ou uma vida entregue à alta rotatividade laboral, atravessada pelo ócio compulsório e, conseqüentemente, a criminalização pelas forças repressoras do Estado nacional” (FAGUNDES, 2019, p. 62).

A não distribuição empregatícia de forma linear entre brancos e não-brancos como estratégia secular, que já transcendia puramente a superação dos resquícios da escravidão no Brasil, com ações que o afastassem do sistema produtivo, reduzindo-os somente à população excedente, dinamizados assim em todos os anos corridos posteriores à 1888, num conjunto ressignificado de elaborações racistas que possuíam

a necessidade de ampliação do exército industrial de reserva que se baseia nas possibilidades que o capital alcança a partir da sua consolidação como ferramenta constante da sociabilidade brasileira. Ao localizar um setor da população na situação de miséria, o capital cria as condições necessárias para ampliação da sua taxa de lucro a partir da maior exploração daquela população que se mantém inserida no mercado de trabalho (ibidem, p. 64).

Percebe-se, portanto, como fora repassada com êxito entre os sistemas – o extinto e o novo - o fator de distribuição estamental da renda e do poder na dinâmica competitiva. Assim, inserção no mercado de trabalho e concentração de renda são racialmente delimitados numa nação fraturada como o Brasil, que se configuram como tentáculo

político que imprime em seu método de intervenção a opressão racial, o controle e violência, estes não meramente episódicos.

Desta maneira, de acordo com Florestan (1998), não havendo o processo de ressocialização – se é que para os negros esta ‘virtude’ tenha sido próxima a eles - no pós-Abolição, não haveria, conseqüentemente, ensejos de incorporação à lógica centrada no trabalho contratual como ordenava as relações do “novo” sistema. Sendo assim, a combinação de privilégios e opressão se sofisticaram, onde a atenuante do escravismo brasileiro busca como técnica o esquecimento identitário.

O sentido colonial de dominação, perpetuado pós Abolição, faz com que o Brasil não tenha o caráter exploratório como um fim, tem-se o mito da democracia racial como traço de possível superação da formação social brasileira frente aos seus extensos anos de escravismo. No entanto, a história direciona para baixo dos tapetes seus cenários mais tenebrosos e exclama uma possível superação de si, e torna impotente a assertiva do racismo exposto, onde este é encoberto pela suposta democracia racial que o silencia e o desloca para um lugar fortuito.

Em aspecto nacional, tem-se intrínseco diante do pós Abolição em curso no país e o não cumprimento de quaisquer papéis de “reparação” frente à população negra, já em anos longínquos a 1888, onde “o desenvolvimento capitalista em nossa região pode se dar entrecruzando acumulação e expansão econômica com repressão política e desigualdade de renda, riqueza e poder” (MARTINS, 2018, p. 118). Dinamiza-se o estigma do qual o negro fora vítima, como o não capacitado em inserir-se na divisão social do trabalho e com isso restava-lhe o atraso e a posição de subserviência.

Portanto, esta história aparente jamais superada carrega os impasses contestáveis no período contemporâneo, o qual detém o trabalho e exploração compulsória mediados por mecanismos de controle e coerção econômica, onde vivencia-se hoje uma estrutura não escassa, mas sim absorvida nas mudanças entre o sistema político e econômico dentre a vida social, onde

a justificativa ideológica daquela escravização – o racismo e o rebaixamento das populações não-brancas, em especial a negra, a raça inferior – é a mesma que permite hoje o rebaixamento relativo do valor da força de trabalho negra e indígena e seu cerceamento a apenas determinadas tarefas na divisão social do trabalho” (MACHADO, 2019, p. 19)

Recria-se, portanto, o aspecto fundacional entre o capitalismo e sua relação dependente no Brasil, ministrado pela burguesia nacional cujo projeto interno imperou em caráter impetuoso, com sucessivos ataques escamoteados que se ressignificam ao longo do tempo em relações conflituosas que carecem da necessidade organizacional sob condição dos grupos marginalizados frente aos novos padrões produtivos e suas características particulares.

Em condições contemporâneas, perseveram as dificuldades ainda tais problemáticas - a integração da população negra no trabalho assalariado era/é alinhada à rejeição - e deste status de imobilismo, restam-se os desafios postos a esta "nova" etapa econômica nas disposições capitalistas. A linhagem hierárquica na divisão do trabalho se faz em permanências reconfiguradas, onde se reserva à/ao negra/o o desemprego, os salários mais baixos e irrisórios, os empregos informais, os ditos não qualificados e precarizados.

Portanto, como se observa brevemente, o diagnóstico real da não superação do Brasil nessa sina de industrialização retardatária manifestada em novas roupagens políticas econômicas, que se multiplica e perpetua-se em dinâmicas complexas as quais têm o

(...) racismo moderno como componente dinâmico tem um significado mais abrangente e estrutural na ideologia de dominação. Nesta direção, admitir o papel social, ideológico e político do racismo nas sociedades pós-coloniais é uma condição para a compreensão da constante reatualização de sua polimorfia e ambivalência (PROCÓPIO, 2018, p. 34).

Assim, essa relação do racismo entendido como subproduto da sociedade de classes, é camuflado nas relações sociais em sentido perceptível quando depara-se com dados e estatísticos que denotem “cientificidade” - como no contingente de desemprego compulsório, mortalidade, encarceramento e salários irrisórios - que dão conta de sinalizar para real existência desse sistema. É desse forte hiato de lesões que parecem incuráveis e segue marcante nas relações sociais mesmo passados 132 anos de um movimento de ‘rompimento’ formal que foi a escravidão.

A condição de anomia social, conceito trabalhado por Florestan (1965) exemplifica o déficit integrativo do negro ao fim do século XIX e prolongadas décadas do século XX que não se encerraram, pelo contrário, são efervescentes na contemporaneidade sob velhos fantasmas ideológicos em sentidos ressignificados, sendo sistemático que

no contingente de cor ou raça branca, seja em qual classe for, a posse de um determinado fenótipo atue como uma espécie de capital humano, aumentando a probabilidade da mobilidade social ascendente. No caso dos afrodescendentes, o fenótipo, atua como um capital humano às avessas. Com isso, para este último grupo, diante das situações de pobreza material e privações de todo tipo, tal condição passa a ser encarada pelas coletividades como algo perfeitamente normal ou aceitável. (PAIXÃO, 2009, p. 23).

Em concordância geral, são estas normalizações de caráter condenável por discursos genuínos à questão racial que se encobre a dura dominação pela qual somos incorporados de forma compulsória, e que disto são reificados na modernidade competitiva cada vez mais despersonalizada, que nega a existência dessa realidade severa de agudas sequelas e desprestígio social.

A questão fatídica é que a população negra expressa um quantitativo de 50,7%, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), do contingente populacional brasileiro, mas permanece, de forma inversa, tendo acesso desigual a bens e serviços, em especial as premissas de caráter constitucional que imprimem igualdade jurídico-formal. Desfrutando, portanto, de formas subalternas de acesso a cidadania e aos direitos.

Dessa maneira, o contingente negro se constitui em maioria populacional e reconstitui-se enquanto minoria no espaço sociopolítico, econômico, educacional e entre outras esferas. Assim, as alterações nos marcos legais, sobretudo a partir do centenário da Abolição, na década de oitenta em diante, se dá de maneira conflitante e contraditória quando deparamo-nos com a realidade social e seus indicadores mais recentes.

O contingente negro espelhado nas bases coloniais e de capitalismo dependente, são reduzidos à ‘inempregáveis’, subproletariado (FERNANDES, 1958) e lançados ao exército industrial de reserva ou ocupação informal, sendo compatíveis com os dados expostos com ritos de relações servis e funções demarcadas, onde

a estrutura capitalista em que a sociedade brasileira se assenta, na qual não há oportunidade/oferta de trabalho para todos que se encontram em fase produtiva; e as barreiras raciais que impedem uma capacitação mínima para a disputa das vagas disponíveis, ou mesmo havendo a capacitação solicitada, existe o pretexto de “não preencher o perfil” desejado pelo empregador – ou de não ter a chamada “boa aparência” exigida pelo mercado – a qual podemos chamar de *racial prole*. Assim, a negação de oportunidades – sustentadas pelas barreiras de cor, derivadas de uma estrutura social discriminatória, ficam encobertas (MENEZES, 2010, p. 40).

Prevalece-se, portanto, a real necessidade de revisão dos papéis sociais

compulsoriamente impostos aos grupos marcadamente racializados, entendendo, é claro, o avanço progressivo que se tem adquirido na agenda pública – pouco institucional - sobre isso, pois dá base analítica à “enorme dívida perante a sua população em termos de atendimento a uma série de serviços públicos etc.” (PAIXÃO, 2010, p. 24) numa naturalização na dinâmica das sociabilidades e das instituições.

Hoje, não é muito longínquo assim. A saber, enquanto mulheres brancas lutaram por compatibilidade salarial frente aos homens, mulheres negras reivindicam a remuneração salarial – nas mais diversas áreas - com homens e mulheres brancas. Não são só um, mas dois ou variados obstáculos para, no mínimo, nivelar-se quando o assunto é equidade. São estas releituras contemporâneas que denotam a funcionalidade da questão racial e o racismo enquanto fenômeno que atravessa à maioria populacional.

Assim, tem-se efeito expoente de negação à qual somos socializados até hoje quando se versa sob os efeitos reais do racismo e a não revisão dos papéis sociais à qual estamos secularmente inseridos.

#### **2.4. Os sentidos negados em ensaio do país em “democracia racial” e a situação contemporânea da população negra.**

A reedição das desigualdades advindas do período colonial, agora inerentes ao capitalismo num país periférico, potencializa as profundas violações de direitos para os negros. A nível de emancipação e a privação histórica relegada enquanto população é extra ao âmbito econômico, pois atravessa a afirmação cultural, posta em cheque e negada, a valores, acesso a bens e política.

A tragédia contínua que ceifa e abate ao menos há 500 anos as mesmas pessoas, em diferentes contextos e narrativas, seja em terras de Primeiro Mundo ou terras periféricas, distribuídas entre aquilo que os europeus denominam de civilizados e selvagens, têm-se paisagem comum gritante que aflige predominantemente negros.

Dentro desse panorama, traz-se à discussão que tangenciam as propostas evidentes da operacionalização do racismo na contemporaneidade, através da materialidade do déficit de acesso a serviços pela via da negação aos sujeitos racializados. Este tema se aproxima do Serviço Social na medida em que a questão racial descortina-se de forma

intrínseca à questão social<sup>10</sup> dessa dinâmica na órbita do capitalismo como fora pontuado no primeiro item do trabalho.

A questão social tem sua gênese vinculada as relações de produção e reprodução do capital, em que a manifestação da pobreza, da exploração e das desigualdades, conforme evidencia Iamamoto (2001), assume estágios e manifestações diferentes dada essa produção a partir de seus contextos históricos específicos. Este fenômeno, somado às diversas expressões do giro capitalista mundial, também é mediada por expressões étnico-raciais, de gênero que demarcam diferentes temporalidades

O significado histórico da produção e reprodução capitalista no Brasil e sua interface direta com as relações raciais que se estabeleceram no Brasil e dão base para desigualdade na contemporaneidade, uma vez que pobreza e racismo são fenômenos que constituem a reprodução do capital. Propõe-se, neste raciocínio, desnaturalizar a coincidência equivocada que por muitos foram e são propaladas como desigualdades sociais e raciais de forma sobreposta e negligente, as quais reduzem à questão racial a subproduto do desenvolvimento brasileiro.

Dessa maneira, racismo e exploração são coexistentes à sustentação do sistema de produção capitalista. Compreende-se a partir do exposto, que questão social e questão racial devem ser compreendidas como complementares não somente a partir da década de 80, graças aos movimentos negros que surgiam, que dão enfoque maior para ambas. Ambas, estão inseridas numa historicidade desde o escravismo, posteriormente no processo de acumulação de capital e a formação da classe trabalhadora, que como sinalizado em outro item, atinge com maior impacto a população negra.

Esta que foi, em maior parte dos anos, a principal mão de obra de diversos setores, e que portanto, a conjuntura da questão social, da desigualdade social e étnico racial no Brasil, passa pela percepção da concepção do trabalho, pelo conflito de poder e será posteriormente a maior demandatária das políticas públicas na contemporaneidade como veremos.

Tem-se a intensificação do debate político sobre as relações raciais e sua manifestação no cotidiano, ao passo que se amplia demonstrações de marginalização e

---

10 Netto (2001) explicita que a expressão "questão social" se manifesta como colorário do pauperismo, consequente das primeiras fases da Revolução Industrial e a ascensão do movimento operário, onde o pauperismo era relativo aos desdobramentos políticos e a busca pela queda da ordem burguesa.



perpetuação da discriminação pela via do racismo. Um importante ponto na contramão da dinâmica que se desenhava no país foi a aproximação e debate entre os Movimentos Negros e o Estado, em que o primeiro objetivava a formulação de políticas públicas que transpusessem a abrangência da questão social e que essas políticas estivessem de acordo com a especificidade brasileira.

Em um país recém saído de uma ditadura que durou por 20 e alguns anos, fortaleceu-se parte de movimentos sociais com diversos grupos populacionais em busca de uma reorganização político social. Nessa dinâmica, vale demarcar a insurgência do Movimento Negro, que surge em 1970, frente a todo esse processo ao passo que aproximava-se o centenário da Abolição de 1888 e as desigualdades mesmo passados 100 anos. É na Constituição de 1988 que o racismo passa a ser enquadrado como crime inafiançável e imprescritível. Portanto, o reconhecimento da questão racial e o racismo se enquadra em outro contexto, torna-se um desafio coletivo e social. Elaboração da Constituição de 1988, fortemente marcada pelo debate sobre a chamada dívida social, refletida na desigualdade que marcava a sociedade brasileira, na parca distribuição de riqueza derivada do crescimento econômico e na precária cobertura das políticas sociais. (JACCOUD, 2009, p. 56).

No entanto, próximo a todas essas mínimas conquistas, tem-se a consolidação do neoliberalismo, que agudiza as desigualdades sociais e consequentemente étnico-raciais, na ampliação da pobreza e criminaliza a questão social. Concordamos com Yamamoto (2001) o que agudiza, em contra partida, a organização política de diversos setores na reivindicação por direitos sociais e da diversidade racial. Imprescindível compreender a questão social e por resultante desigualdade e pobreza, sem desconsiderar o âmago de quase quatrocentos anos de escravidão.

O importante destaque para o Movimentos Negros e as várias frentes organizadas que foram porta vozes para viabilizar ações concretas na perspectiva do Estado – entendendo este enquanto mantedor das desigualdades - que garantissem condições dignas, na luta contra a discriminação e marginalidade criada sob a população negra com práticas cotidianas e políticas atreladas ao contexto neoliberal que é responsável no aprofundamento das múltiplas expressões da questão social.

Entre avanços, muitas contradições e limites, amplia-se o debate na esfera pública e social e expressa a localização do Estado frente algumas demandas sociais: o acesso à saúde, moradia digna, educação básica e superior, insegurança alimentar e nutricional, onde ressalta-se que o maior contingente populacional beneficiário do programa Bolsa Família são negros, portanto em

(...) 2006, em que 70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as. Ou seja, tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de

discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas públicas (IPEA, 2009, p. 25).

Os itens citados serão os fios condutores que nos levarão a entender como esses direitos ou déficits sociais foram assegurados constitucionalmente – de forma contraditória, como orgânica ao Estado – que minimiza o processo de miserabilidade à lógica capitalista e explicita a interligação da questão racial diretamente com a questão social, sem que a última seja compreendida justaposta à primeira.

Portanto, como salientado, a situação da população negra não pode ser compreendida como uma questão puramente superada, mas de acúmulos de lutas dos movimentos negros e as várias organizações política para que colhêssemos o que temos hoje num *continuum* de sobrevivência ao mesmo passo que desigual em diversas áreas. E que, portanto, são justamente esses avanços e limites que dão sentido para as análises contemporâneas sobre as condições da população negra.

As raízes exploratórias que se transmutaram e possuem funcionalidade de desigualdade e exploração em tempos de liberdade, equidade, são alimentados pela ideologia no modo produtivo capitalista e nas relações de venda da força de trabalho, onde o trabalho é submetido ao capital.

A existência de escravidão ou formas cruéis de exploração do trabalho não é algo estranho ao capitalismo, mesmo nos ditos países desenvolvidos, onde predomina o trabalho assalariado. No capitalismo, dividem espaço e concorrem entre si trabalhadores assalariados bem pagos, mal pagos, muitíssimo mal pagos, escravizados, grandes, médios e pequenos empresários, profissionais liberais, etc (ALMEIDA, 2018, p. 176).

E é nesta sociabilidade indigesta em aberta que se digere enquanto grupo e categoria profissional de Serviço Social, a indissociabilidade da questão social e questão racial no capitalismo, na compreensão que dê aparato para percebê-lo como fenômeno de efeitos globais. No tocante a isto, por que é corriqueiro assumir o papel de nação que vive num país “erradicado” da pobreza e miserabilidade, mas em negacionismo quase que entranhado à alma quando se trata da ideologia racista brasileira e seus determinantes?

Não é um exercício ou atribuição descomplicado, pelo contrário, é carregado de complexidade que se busca descortinar e dar conta de transcender os ensejos da formação social. É a permanência na estrutura social que ainda (re)existem pela via do racismo e desigualdade racial, que por ora são ofuscadas ou reduzidas à simples expressões da questão social, sendo que ele a antecede.

A insustentabilidade da democracia racial coloca demandas ao Estado antes não reconhecidas e tocadas, onde o negacionismo estatal busca manter o status quo, para que se minimizem as possíveis responsabilizações de combate ao racismo. Apela-se para uma construção abstrata de meritocracia, tão logo, a população negra se responsabilize por si e pelo seu histórico de não acesso, num estreito apenas individual e não estrutural em nossa sociabilidade.

Desta forma, faz-se recorrente trabalhar com a perspectiva dos indicadores sociais, capazes de descortinar o racismo que nos cega num pacto de status confortável de aceitação social, ora invisibilizado e desacreditado. Assim, as políticas de acessos a bens, estão imersas à dimensão político econômica, que são expressadas em correlações de força pautadas nos interesses estatais e o projeto de sociedade no campo democrático na garantia dos direitos dos trabalhadores.

A respeito disso, dados recentes de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sinalizam que pretos e pardos correspondem à 64,1% de massa desocupada ou como comumente denominamos desempregados, sem exercer quaisquer atividades laborais. E, ao contrário disto, quando inseridos no mercado de trabalho ou algum tipo de ocupação, são acometidos por desníveis formais, como, por exemplo:

o recorte por cor ou raça indica que há maior participação da população preta ou parda em trabalhos informais (46,9%) quando comparada com os trabalhadores brancos (33,7%) – Este resultado do ano de 2017, que se mantém com pequenas oscilações ao longo da série, reflete desigualdades historicamente constituídas, como maior proporção dos trabalhadores pretos ou pardos entre o segmento de empregados sem carteira de trabalho assinada. (IBGE, 2018, p. 45)

Partimos do pressuposto que os conjuntos de atividades econômicas de um país retratam seus principais traços e estrutura, segundo IBGE (2018), temos consideravelmente a marca de um perfil e aspecto que por ora se torna desqualificado para a população negra, sobretudo quando se discorre sobre o trabalho e a diferenciação das remunerações, em definição direta de sua inserção social ou não, que quando é realizada carrega inúmeras problemáticas e limites.

Não é intercorrente que os indicadores e pesquisas atenuam os reflexos materiais da hierarquia racial ainda progressiva no Brasil. A exemplo do que fora divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento Econômico e Social (2013), o país possuía “13,8 milhões de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, têm 73% de autodeclarados pretos ou pardos”, o que expressa uma lente minuciosa que vai de encontro às lacunas que ainda

hãõ de ser postas como desafio quando discorre-se sobre as múltiplas expressões da questão social e o efeito disto nas relações raciais.

Os limites políticos tradicionais que buscam a inclusão, não são escassos como se percebe, há uma linearidade histórica de componentes que complementam e contribui na impossibilidade de uma reprodução digna e de possível igualdade racial, de forma a não ser acometidos por extensas manifestações contemporâneas.

Não é pretensão do trabalho aprofundar algumas questões tocantes à população negra, entendendo-as, particularmente, enquanto complexas e que merecem devida atenção que é inesgotável a um capítulo de trabalho, e carecem de trabalhos voltados especificamente para tal, mas quando se cita em sentido linear, discorre-se sobre os fios condutores que desdobram nas múltiplas expressões da questão social.

Segundo dados sistematizados pelo IPEA (2019) “brancos ganham cerca de duas vezes mais que os negros: especificamente R\$ 1.144,76, contra R\$ 580,79”, entre tanta desapropriação, os indicadores elucidam tais questões inesgotáveis, como representadas na imagem a seguir:



Fonte: Agência IBGE Notícias (2018)

A não inserção enquanto trabalhador assalariado, a baixa escolaridade, o contingente compulsório enquanto exército industrial de reserva, a condição predominante enquanto população em situação de rua, o encarceramento, enfim, todos esses determinantes, são elementos provenientes das expressões da questão social que atingem de maneira mais agudizada a população negra, a qual mais precisa acessar as políticas e programas sociais.

Portanto, torna-se importante demarcar a questão racial e a situação de negros/as no Brasil frente ao contexto da formação social e os mecanismos de exploração, precarização pela via do trabalho e a continuidade discriminatória proveniente desses elementos. Essas mediações e indicadores indicam a correlação entre questão social e questão racial, visto que as relações desiguais que compõe o modelo capitalista fazem com que o segmento negro ocupe inúmeros espaços de vulnerabilidade como pode-se observar pelos dados.

O racismo enquanto instrumento na órbita das relações sociais exerce dominação, causa intolerância, desigualdades de acesso aos direitos mínimos, potencializa a violência direcionada a sujeitos, a ínfima inserção política, econômica, cultura e que também é alvo da criminalização. Prosseguindo, não poderia ser descartado a temporalidade atual e o momento presente de escrita, realizados no período delicado de pandemia devido ao coronavírus, o COVID-19.

Mesmo diante de uma realidade nova, os traços “antigos” se apresentam e colocam subsídios para que analisemos as condições materiais sobre o não acesso a serviços e a compulsória lógica capitalista. No Brasil, escolhe-se quem sobrevive ou morre sem ao menos acessar, onde as variáveis em relação sobre o vírus ainda parecem estar em estágio de descoberta, mas já são palpáveis indicadores sobre “morre 40% mais negros em relação a brancos com a nova doença” (CNN, 2020).

A primeira vítima fatal de covid-19, no Rio de Janeiro, evidencia traços antigos de servidão da formação social brasileira na atualidade: uma empregada doméstica que "morava no emprego uma parte da semana" não teve direito à dispensa trabalhista e isolamento de precaução, vindo a não resistir ao vírus<sup>11</sup>.

a categoria dos trabalhadores domésticos é formada por aproximadamente sete milhões de profissionais, sendo que, entre as mulheres, 61,7% são negras. Historicamente, o trabalho doméstico é a principal porta de entrada das mulheres negras no mercado de trabalho e é onde a violação de direitos é mais evidente: praticamente 75% das trabalhadoras não têm carteira assinada (ONU, 2009, p. 7).

---

11 Matéria feita pelo UOL sobre primeiro caso de vítima fatal no Rio. Caso escancara desumanização e posição servil de pessoas negras. Acesso em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>

As armas (in)visíveis letais como o Covid-19 e a incidência sobre população negra, explicita questões interconectadas que subsidiam a racionalidade concreta da modernidade em novos mecanismos que violam a integralidade da população negra, num país que se vende enquanto democrático contrariado a todo momento.

As incidências de todos os dados são reflexos do racismo e sua funcionalidade vívida em que o Brasil se encontra e não o é contemporâneo, afinal, não saber lidar com suas crises sanitárias, que não começou na Covid-19 e a histórica agudização neoliberal, ratifica o trinômio raça, pobreza e ausência de acessos e bens de serviço, que parece tão longínquo temporalmente falando, mas tão vivido entre nós.

Os dados do novo coronavírus e a letalidade sobre a população negra demoraram muito para ser divulgado. A violência além de letal é simbólica, pois historicamente no âmbito da Saúde, tem-se a nula socialização das informações quando diz respeito à raça e o processo de saúde-doença. A Política Nacional de Saúde Integral da População negra, existe, justamente, para que atenuar esses indicadores e disparidades.

A seletividade que barra o acesso a direitos básicos, sobretudo em momentos de crise sanitária como a do COVID-19, escancara a falsa dicotomia entre acesso a bens e distribuição e as condicionalidades de sobrevivência da população negra e não branca. A desumanização que se retroalimenta em discursos que perpassa diretamente a existência dos mesmos sujeitos que são os alvos "acidentais" da sociedade, enquadrados enquanto ameaça de possível segurança pública, e destes alvos só vitimam o mesmo grupo de pessoas dentro do tecido social.

Nos territórios em status de extrema vulnerabilidade, onde se nega através do escasso de saneamento básico e disposição de água potável, tem-se a restrição a esses direitos fundamentais, que renega o espaço que deve ser garantido como um direito à vida. O mínimo, como orientado mundialmente pelas organizações de saúde, são os procedimentos higiênicos que mitigam possível contágio pelo vírus.

No entanto, não nestas regiões específicas, que contam com impedimento por racionamento da água<sup>3</sup> e falta de saneamento, ou mesmo domicílios apertados onde nem sempre seus membros podem aderir à 'quarentena', com maior probabilidade de exposição à covid-19.

São estes mecanismos coercitivos ligados a processos históricos que invisibilizam e menosprezam um conjunto de sujeitos através da negação dos direitos sociais que

concedem circunstâncias para traçar a reprodução social, em fato “a suposta inseparabilidade da raça e do território faz com que as disputas pelo território e a tentativa de ‘adestramento’ da/o negra/o, pregada por uma sociedade colonial, crie um modo novo de experienciar raça e território, como também gênero e classe.” (GOMES, 2018, p. 1)

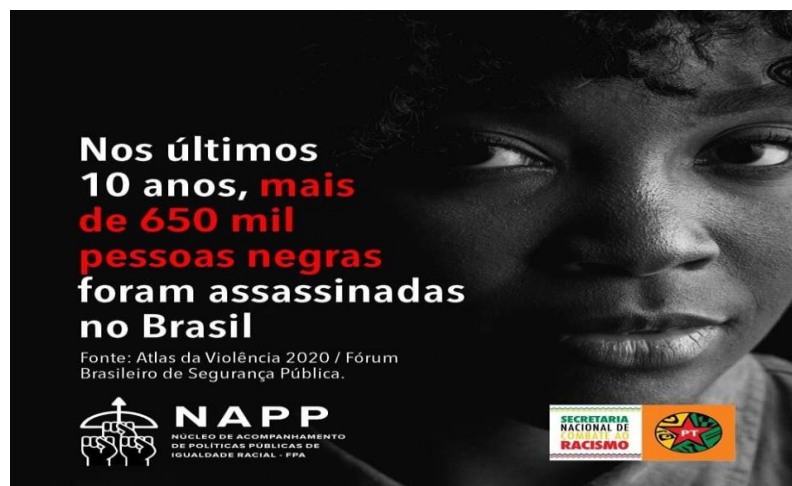
Denota-se, nesse sentido, uma violência imaterial quando se tem o Estado e diversas categorias profissionais que não se sentem obrigados a preencher o quesito raça/cor nos prontuários, o que gera defasagem expressa na acolhida desses indicadores. Fora necessária uma ação em forma de carta<sup>12</sup> movida pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) para o Ministério da Saúde.

À vista disso, a sustentação da profunda desigualdade, o não acesso aos direitos básicos como se pôde observar e a miserabilidade, é fundamental na ausência de equidade e cidadania, num tratado institucional que busca minimizar com ações e políticas compensatórias e nem sempre efetivas. Assim, formam-se parcelas sociais que têm suas demandas específicas "rejeitadas" sem devida compreensão e mediação necessária.

Nota-se a transversalidade que o racismo opera, sem que seja impossível descartá-lo de qualquer temática e/ou análise que versa sobre Brasil. Ele é extremamente orgânico e alimentado em tudo que compõe nossas relações sociais, materiais, econômicas, políticas, culturais (...). Um país que ainda não diluiu o padrão de miserabilidade, pobreza ou morte, remetido no imaginário social à pessoas de um grupo étnico específico de maneira homogênea.

---

12 Carta da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) ao Ministério da Saúde. Ler mais em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Carta-ao-Minist%C3%A9rio-da-Sa%C3%BAde-sobre-a-informa%C3%A7%C3%A3o-ra%C3%A7a-cor-nos-sistemas-de-informa%C3%A7%C3%A3o-da-Covid-19-1.pdf>. Acesso em 09/06/2020.



Fonte: Atlas da Violência (2020)

A realidade brasileira, em suas contradições, coloca em xeque - no mesmo cenário de democracia burguesa - a implementação das várias políticas públicas de promoção da igualdade racial de negros e negras num contexto de aumento da violência - física ou psicológica - e até mesmo letal de extermínio.

Portanto, a funcionalidade do racismo e a discriminação racial não são descartáveis mediante o processo de acumulação capitalista, pelo contrário, tem-se a incorporação das novas demandas impostas e a revisão dos papéis sociais sem que se coloque o processo intrínseco de acumulação do capital e exploração em pauta, o qual tem

o esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato e pela “valorização do valor” resulta em terríveis tragédias sociais, haja vista que o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado (há que se lembrar que na lógica liberal o “mercado” é a sociedade civil). Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente (e.g. corte nos direitos sociais) pelo Estado. (ALMEIDA, 2020, p. 1)

Os subsídios apresentados em forma dos indicadores, buscam esmiuçar as transformações societárias e contrariam a ideologia de nação teoricamente democrática no campo racial, vide as manifestações das expressões da questão social e seu atravessamento sobre a questão racial. Esta dinâmica de democracia burguesa tem por normalizar - o que não deve ser delegado apenas a questões interpessoais ou levados à ordem individual quando se versa sobre o racismo e suas funcionalidades contemporâneas, de forma a inferiorizar e desqualificar quem é vítima e não o algoz dessa dinâmica retardatária que não revisita os papéis sociais enraizados.



A mobilidade da população negra e sua ascensão ainda estão inconclusas quando relativas ao conjunto de nossa sociedade, as quais se mantêm em vestígios ainda residuais quando analisamos possíveis patamares de “igualdade”, entendendo a manutenção do estado como mantenedor da hierarquização racial.

As políticas sociais não podem ser descontextualizadas das determinações sociais que lhe atribuem sentido, assim sendo, os atravessamentos raciais precisam ser levados em consideração para captar as especificidades e as necessidades populacionais, para que, minimamente, possamos começar a tratar de uma questão de “equidade”. Cria-se, por isto, políticas específicas que buscam evidenciar as determinações do racismo no tecido social e seus efeitos.

Como exemplo à *Política Nacional Integral de Saúde da População Negra, Política de Promoção de Igualdade Racial, Política de Cotas*, o que mostra o reconhecimento institucional, fruto da luta política travada pelo Movimento Negro, em fazer-se necessário à promoção de políticas públicas voltadas para o atendimento integral e superação das barreiras institucionais, sobretudo do racismo nas instituições.

A necessidade de cada esfera institucional deve estar alinhada à efetividade dessas políticas e tantas outras que buscam a iniquidade de raça e cor nos acessos a bens e serviços essenciais como bem histórico. A demanda de grupos específicos não carece somente de institucionalização, mas, primeiramente de humanização. Esse caminho se faz necessário para redução dos impactos aos quais são submetidos secularmente, em articulação com à sociedade civil e os movimentos políticos que cada vez mais surgem - os quais estão bem mais alinhados no sentido de possível mudança - e do Estado.

A evolução das políticas públicas e o efeito combinado das iniciativas governamentais não dão conta de erradicar a raiz absoluta do abismo colossal entre negros e brancos, que sim, vão sendo superados de forma lenta ao longo dos últimos anos. Entretanto, ainda sem que possa tratar sobre relações de forma igualitárias – que coloca em xeque a democracia racial - em que racismo como instrumento de controle amortece o dinamismo do processo de inclusão social. Portanto, é importante lançar olhar debruçado sob o passado para reconstrução ressignificada do papel do racismo numa análise crítica do presente, interior à modernidade ocidental

Têm-se políticas gradativas e recentes, fruto de toda uma organização política como os Movimentos Negros em sua diversidade, que repararam, ainda de forma mínima,

na lógica capitalista desvios enraizados que precisam transpor mera superfície expressa em longos anos de negligência e descaso, como é o caso da Política de Cotas<sup>13</sup>. Portanto, a importância dos movimentos negros sociais nessa cisão, mesmo que mínima do Estado frente a promoção e desenvolvimento de políticas públicas sociais específicas para a população negra como meios necessários de alcançar avanços.

Os fatídicos indicadores de disparidade enquanto população mais atingida em questões relacionadas à violência, mortalidade seja pelo genocídio ou pelo acesso deficitário a saúde, desemprego, moradia e tantas outras questões ainda em aberto, são violações perpetradas que nos remete ao passado colonial. Os valores de democracia e justiça são esvaziados quando se trata de questões estruturais e raciais, uma vez que mesmo na democracia e no campo da justiça, tem-se a contradição e a perpetuação do racismo, por mais que ambos, em alguma medida, o neguem enquanto fenômeno ainda explícito em nosso tecido social. Ambos funcionam em algum parâmetro como uma forma de reprodução do sistema de vantagens e privilégios da branquitude.

Os consensos que são criados, como o racismo no Brasil, tem enquanto desafio reconhecer-se enquanto parte e possível agente num país que definitivamente não abdicou de seu status mantenedor de determinadas desigualdades, sobretudo as desigualdades raciais. Contemporaneamente, tem-se lentes voltadas as “questões raciais e seus impactos”, que promulgam a saída desse mito ou fenômeno descredibilizado e negado, em que outrora era encoberto na proporção deficitária na sociedade. Os quais, sem a alta tecnologia de difusão e informação são capazes de viralizar, sobretudo, denunciar à identidade racista encrustada que o Brasil carrega de forma velada.

Entre relação de “amistosidade” sobre o racismo, há uma veemência conjunta que normaliza os corpos negros como destituídos de direitos e de igualdade. A cidadania e a humanidade negra fogem à normalidade e a aceitação quando comparadas aos brancos, de forma sentida e associada em desacordo, no definhamento e exclusão desse grupo.

No Brasil “a cor, é mais uma marca que uma raça. De cor são todos os que valem pouco ou não valem nada – “isto é serviço de preto”, diz o povo quando alguma coisa resulta mal-feita” (RUFINO, 1981, p. 67). Um país onde ninguém se reconhece como racista, embora todos se reproduzam sob vários preconceitos e, conseqüentemente, as

---

13 Lei sancionada em 2012 que sanciona a prática adotada por Instituições Públicas de Ensino Superior de reservar um percentual de vagas para estudantes negros, pardos e indígenas

práticas ostensivas do racismo com base no critério da cor, colorismo, posição social entre outros.

Em assimetria social, econômica e, no presente momento, sanitária (decorrente do novo coronavírus), todos estes responsáveis por colocar populações em situações mais precárias de adoecimento e letalidade. Assim, torna-se grupo social tipificado por gênero, ocupação e desocupação dos espaços, em privação de liberdade, sobrevive da informalidade, da restrição de acesso a bens e serviços e, paradoxalmente, em maioria que equivale aos piores indicadores como salientado. Os mais novos acontecimentos não poderiam ficar a parte de subsidiar tudo o que busca ser compreendido neste trabalho, no mesmo passado que se materializa sob nossos olhos em repetição ou *looping* histórico de ações.

Enfim, como dito em palavras anteriores, não é pretensão obter respostas finitas às situações complexas aqui expostas, mas trazer subsídios que refletem o abismo colossal e retardatário do Brasil na modernidade. Mas, ressaltar as situações extremamente precárias e de negligência que reduz sujeitos à condição de objetos, ora criminalizados e/ou sofrendo com as consequências materiais do passado e do presente, eleitos à condição de matáveis, não restrito à letalidade, mas também a todo um contexto social, psicológico, representativo.

As bases do Estado brasileiro assumem contornos sutis, que geram um ambiente hostil para um conjunto de maiorias, alimentados no subterfúgio da manutenção das divisões sociais que ainda precisa-se sobreviver. O conjunto de marcadores sociais causa relação desigual na forma de determinados sujeitos - negra/os, indígenas, pobres, população LGBTQ+ (...) - se reproduzirem de maneira desumanizada de arbitrariedade sobre os direitos e a vida

em face da estrutura política e econômica da sociedade contemporânea, com formas de discriminação como o racismo só se estabelecem se houver a participação do Estado, que pode atuar diretamente na classificação de pessoas e nos processos discriminatórios (escravidão, apartheid e nazismo) ou indiretamente, quando há omissão diante da discriminação, permitindo-se que preconceitos historicamente arraigados contra negros, mulheres e gays se transformem em critérios “ocultos” ou regras “não inscritas” que operam no funcionamento das instituições, na distribuição econômica (emprego e renda, por exemplo) e na ocupação de espaços de poder e decisão (ALMEIDA, 2020, p. 1)

O sequestro de expectativas em relação ao futuro, numa constante que deteriora as condições de civilidade, ora de forma sutil, ora de forma mais acentuada, onde o projeto histórico de "Brasil" cerceia as condições de reprodução de forma digna, precariza as

condições de trabalho e reduz o acesso à garantia de direitos, num projeto de des(governos) que promovem a desumanização ideológica, seja pelos olhos fechados e desdém, da canetada, do imaginário social, e por fim, da arma.

A incompatibilidade do capitalismo e democracia em sentido pleno cerceia o bem estar de sujeitos, numa ideologia que busca mascarar os próprios problemas que cria e recria como antídoto um agente que parece “invisível”. Assim, sem ter o alvo central superado, o qual gera lógica meritocrática e individual, que relega a extrema pauperização, variante do racismo e resquícios da escravidão, constituintes do padrão de normalidade da sociedade brasileira.

Numa sociabilidade constituída pela relação entre indivíduos formalmente livres e iguais, em que a força de trabalho é também uma mercadoria, a manutenção da ordem e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação, será papel do Estado” (ALMEIDA, 2016, p. 5).

Por isto, dada a urgente relevância em repensar a funcionalidade do racismo na órbita do Estado e do capitalismo uma vez que perpetuam e legitimam a exploração endereçada aos mesmos sujeitos reconhecidos como “ninguéns” por parte dessas estruturas, remediados ao exercício de poder coercitivo que atende aos interesses de uma particularidade ínfima de grupos em determinadas circunstâncias sociais, temporais e econômicas.

Quantos direitos negados à vida se têm por de trás de todos os indicadores que miram em um só grupo populacional? Desta relação parcial que não deve ser condenável a determinados povos, que veem todas as premissas sobre direito, liberdade, cidadania e outras várias categorias que são atravessadas pelo racismo.

Como refutar que no Brasil, a cor do medo e do não acesso não é negra? Seja pela ótica de um agente invisível ou mesmo no seio de uma sociedade ainda capaz de produzir estigmas e séries de mecanismos violentos garantidores de impunibilidade. Quando ser negro se tornou e ainda é um determinante para as inúmeras violações computadas em toda sociabilidade que perpassa todos os âmbitos de existência geracional. Portanto, a formação social brasileira é ponto importante para compreendermos a constituição da desigualdade racial enquanto estrato da questão social em todas suas refrações manifestadas na contemporaneidade.

O mecanismo de suposta invisibilidade entende que a função do racismo no Brasil é de se esconder. Esconder-se através do Estado e do racismo estrutural, da pobreza, da

vulnerabilidade e da questão de classe - todo esse arcabouço que se reafirma através de uma natureza própria de negação. Os dados apresentados ao longo desse capítulo são assustadores e denotam como o alvo do Estado continua sendo cruzado por raça, gênero, território e classe.

As políticas específicas para grupos negros parecem não adentrar de fato os preceitos de mecanismos que promovam alguma “reparação”. E estes permitem indagar-nos sobre a incidência na articulação sistêmica entre vulnerabilidade social, racismo, gênero, distribuição territorial e tantos outros determinantes que subsidiam a discussão de superação desses índices alarmantes num cenário desafiador e não superado.

O avanço de consciência política coletiva dos últimos anos tem sido colocado em constante exercício, debate e proposições que buscam transpor superficialidade das agendas políticas neoliberais quando se trata de questões sérias que envolvem as relações raciais históricas do Brasil. E, desta forma, invade toda sociedade enraizando-se em níveis e esferas totais, sem desconsiderar a apropriação dos significados sociais racistas, guiando-se em ideais brancos de valorização e padrão.

A dissociação demasiadamente efetiva historicamente do fenômeno racial no Brasil turva a visão coletiva frente ao problema real entre eufemismo sutil e mal disfarçado, uma vez que buscam em outros sentidos causais respostas para tamanha desigualdade, violência e tantos outros sintomas que expressam a questão social e sua manifestação no âmbito das relações raciais. E deste desfoque imprime-se grande desafio que como dito, busca transpor mera superficialidade em proposições legais de mudança.

A população que antes mesmo de atingir maioria, é alvo de dizima perante o Estado que não é uma unidade puramente abstrata, destituída de obstinação, e “não é difícil concluir que não há qualquer forma social que não seja atravessada pela ideia de raça e sua hierarquização” (JULIÃO, 2018, p. 1). Esse processo se expressa na ótica capitalista que controla corpos e os coisifica-os.

A recusa, dos negros, pela ocupação de lugares subalternos é a personificação da reeducação coletiva desses sujeitos, que se sobrepõe a vida da população negra. Crescentemente compreende-se a importância da luta pela vida, pela humanização, cidadania e emancipação como elementos que precisam ser alcançáveis. São repolitizados num movimento consciente que visa contrariar as regras convencionais da sociedade capitalista neoliberal de autoengano nacional contraditório.

Portanto, é pelos movimentos sociais negros que se gesta uma nova cultura e catarse coletiva e política que não se esquiva de confrontarem-se aos graves projetos em curso que endereça um projeto que ora desumana, ora extermina. Não cabem mais, portanto, para a historicidade de Brasil, joga para debaixo dos tapetes da história e seus efeitos retardatários. O reflexo do passado ignóbil ainda é sensorial entre nós e pesa sobre nossas vidas, o qual faz vítimas carregarem assimilações perduráveis por um sistema reproduzido por outrem, no caso, a branquitude. A atualidade brasileira ressoa na contemporaneidade os estágios visíveis de desníveis submetida à população negra.

O século XXI parece assumir o papel central de cobrança pelo preço do que fora construído nos séculos passados. Ainda são necessária forte mobilização e gritos que ecoam por "*Parem de nos matar*", "*Black Lives Matter*", "80 tiros num carro familiar não pode ser engano", "Quem mandou matar Marielle Franco?". Estes chamados dão luz sobre a corporeidade vívida do Estado em sua essência simples, em práticas – sejam a luz do dia ou filmadas - que por pouco podem confundir-se com as ações obscuras advindas dos senhores de engenhos, que açoitam pessoas negras em condutas convergentes com uma história revivida.

O reconhecimento do racismo como sintoma mundial e atual, não somente como expansão dos períodos escravocratas e imperialistas, reformulam cotidianamente sua condição do ponto de vista do capitalismo contemporâneo, em questionamentos contínuos sobre um indicativo que, teoricamente, deixaria ou reduziria seus vestígios no tecido social.

A existência cotidiana de todas as formas de violações e violências que foram destacadas ao decorrer do trabalho é justamente resultante da formatação social que pautada na criminalização, enforcamento e mortes. Em linhas tênues, tamanha internalização e reprodução sistêmica numa cobertura histórica pelo Estado e o seu braço direito, o judiciário, que se alinham em tentáculos minimizadores das manifestações do racismo, por mais que reconheça-o e o criminalize. Assim, compreende-se que o sistema capitalista possui certa passibilidade para abranger reivindicações como as dos movimentos negros, sob condição que não intervenha em seu processo de acumulação.

O contraste indissociável da questão social e das relações raciais intrínsecas ao capitalismo ratifica a incapacidade de sê-lo contrariado ou quisto como ultrapassado socialmente, considerando-se as diversas tecnologias que eclodem em diversos espaços e situações, criadas para consolidação do racismo, não exclusivamente submetida ao

passado, mas vívida na contemporaneidade. Portanto, não conseguimos falar em superação da questão social se também não falarmos do racismo na órbita capitalista, visto que ambos são concomitantes a esse modo produtivo e o retroalimenta.

Assim, diante de todo o exposto, a discussão feita buscou subsidiar o que abordaremos no próximo capítulo, na relação do contingente populacional negro, que como pode ser visto pelos dados aqui trazidos, é mais duramente atravessado pelas refrações da questão social devido seu passado histórico que não se encerra na contemporaneidade quando se fala sobre desigualdades, hierarquizações pela via do racismo e outras manifestações cotidianas. Importante para a constituição desse trabalho é essa situação da população negra intimamente ligada no cotidiano dos assistentes sociais, pois se constituiu como público alvo majoritário, apesar de historicamente no bojo da profissão não ser reconhecido enquanto tal, como sujeito negro que possui especificidades na órbita do capitalismo.

### **CAPÍTULO 3 - OS CAMINHOS (AINDA) PERCORRIDOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA TRANSVERSALIZAR A QUESTÃO RACIAL NO COTIDIANO**

#### **3.1. Questão social e questão racial: o silenciamento histórico da profissão perante as relações raciais**

A questão social situada no Brasil no pós abolição jurídico-legal do escravismo e expressão do trabalho livre circunscrito ao modelo capitalista que potencializa as desigualdades ao mesmo passo que substancializa o do Serviço Social. Entende-se, portanto, "questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade" (IAMAMOTO,1999, p. 27).

Outro importante marco legal sobre a questão social é trazida por Netto (2001) que data especificamente o novo fenômeno aparente nas décadas finais do século XVIII e que segundo o autor

a expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda

industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. (NETTO, 2001, p. 153)

E é desta categoria que se expressa posteriormente a relação simbiótica entre capital e o trabalho que carrega o caráter contraditório entre burguesia e classe proletária e inclina-se para definição de que questão social se expressa nas "disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais" (IAMAMOTO, 2002, p. 17).

A inclinação até determinado período, mais precisamente na gênese do Serviço Social, evidencia sua tendência a reproduzir as ideologias dominantes preponderantes no desenvolvimento do país. Inclusive, essa reprodução estava também no racismo e estigma direcionado aos negros egressos da posição de ex-escravizados, como elemento não quisto para a configuração da sociedade que se estruturava e tinha um projeto de embranquecimento em curso.

A profissão não transpôs a ideologia do Estado e a condição social desse grupo populacional, em que não tinha a desigualdade proveniente do fator racial como um problema social. Assim, a raiz colonial presa em nossa formação enquanto categoria que na gênese não adentrou nos idos de 1930 na realidade da população negra e assim se seguiu até poucas décadas atrás.

A relação umbilical do Serviço Social e a doutrina da Igreja Católica também são elementos demarcados que precisam estar delimitados no interior da profissão até hoje, pois dá-nos subsídios para refletir sobre os caminhos trilhados tardiamente até a contemporaneidade em forma autocrítica. Assim, entende-se que as refrações da questão social possuem correlação com os determinantes sócio-raciais, que em conformidade com a construção da formação ideológica brasileira molda as particularidades sociais sob bases do racismo.

Paralelo a isto, a grande questão da responsabilização delegada à população negra exposta no tecido social e elemento que precisava ser combatido, à violência, o sujeito preguiçoso e, portanto, culpabilizado por sua posição social não ficou apenas restrita ao período do escravismo, como bem pontua Moura (1983) em seus escritos. Mas todo esse arcabouço ideológico construído esbarrou internamente na história da gênese do Serviço Social com os primeiros profissionais.



Um país como o Brasil, assentado numa raiz colonial como fora abordado no capítulo anterior, tem a complexidade do trabalho livre provido da industrialização, que não englobou a população negra, a qual fora descartada e desumanizada. Disto, evidencia-se a importância em demarcar-se as relações raciais e do racismo enquanto colateral à questão social e suas expressões na formação sóciohistórica, portanto "o debate sobre o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira". (ABEPSS, 2018, p. 13)

Sobretudo, para que não se caia numa narrativa universalista sobre determinações que associam categorias enquanto dissemelhantes, sobretudo ao Serviço Social que tem seu aporte em mediações e visão crítica ao arranjo social econômico contraditório e que portanto, deve apreender o racismo como elemento ineliminável da formação social brasileira e da questão social.

Os dados e índices despontados no primeiro capítulo deste trabalho buscaram evidenciar a dinâmica estrutural racial que criou especificidades na questão social, nas desigualdades e disparidades sob a formação social brasileira. E que determinam os processos de dominação em curso, portanto, "o reconhecimento de que parte importante dos/as "atendidos/as" é negra, mas esse dado aparente justifica práticas conservadoras e autoritárias diante de uma população cuja inferioridade racial era disseminada em todas as esferas da vida cotidiana". (MOREIRA, 2019, p. 84)

Assim, o quadro construído em terras brasileiras, não carece de dúvidas a respeito das relações raciais que se manifestam somente sob as determinações da produção capitalista e, como subsídio, dá-se o processo próprio de formação que a nível de desigualdade precede o nascimento das relações posteriores engendradas aqui.

A exemplo, as normas e práticas de discriminação racial assentadas na exclusão compulsória cria um quadro iminente para a população negra como o exército industrial de reservas pontuado por Fernandes (1968) e cria-se, portanto, a divisão racial do trabalho, que tem no próprio trabalho a reprodução das desigualdades raciais.

Isto posto, é oportuna a reflexão propriamente do debate e apreensão do Serviço Social enquanto categoria profissional que acompanha o movimento histórico e que perante às relações raciais esteja engendrado à lógica supracitada anteriormente. E dentro de uma perspectiva de generalidade, visto que o racismo como sistema que se camufla

numa incessante naturalização da desigualdade, retira da cena política algo sério que é posto na esfera individual ou de pequenos grupos, e na categoria profissional

essa prática social discriminatória encontra-se amplamente difundida nos nossos ambientes de trabalho, já que no Brasil pode-se dizer que o racismo é uma política de Estado. Muitas são as evidências de que a estrutura das instituições públicas reproduz preconceitos raciais e isso tem se agravado na conjuntura atual. Temos, de um lado, o contexto mundial de barbarização da vida social sob o capitalismo, em que a desigualdade parece não ter mais limites para crescer e se reproduzir. Um contexto que tem sido “fermento vivo” para revigorar o conservadorismo em seus diferentes matizes e fazer ressurgir desvalores que julgávamos superados por lamentáveis experiências históricas recentes, como o nazi-fascismo (Santos, 2018, p. 72)

É importante ressaltar que trazer à luz o conceito de questão racial ao longo do trabalho não é sobrepor conceitos que atravessam a realidade descortinada no Brasil. Todavia, entender a importância em situar-se à mesma enquanto "unidade" da questão social, entendendo a última como central no Serviço Social e visto que a situação da população negra, "diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugênica do Estado brasileiro." (GONÇALVES, 2018, p. 515)

Por isto, indubitavelmente, abordar sobre a natureza de quaisquer manifestações de desigualdade, preconceito e/ou imobilismo social no caso do Brasil, perpassa pela ótica da questão racial e as relações que se estabelecem sobre isto. Dar-se a grande importância em centralizar seu vínculo direto com a questão social, não à toa traz-se para composição do trabalho à formação social brasileira tratada no capítulo 1 do trabalho e imprescindível para apreensão de ambas categorias.

Refletir, sobretudo, os percalços que são postos no cotidiano profissional dada materialidade tardia frente à atenção as questões pertinentes as relações raciais e o déficit em alguns currículos de ensino e formação que corrobora para assentar entendimentos conservadores onde “sem o entendimento das múltiplas determinações e das contradições que estruturam e fundamentam essa sociedade regida sob a égide do capital, sem dúvidas, as respostas profissionais serão limitadas e, não raras vezes, apartadas das reais necessidades da população usuária.” (MOREIRA, 2019, p. 61).

Tem-se consensualmente em nossas literaturas da profissão a diferença do perfil profissional que fora se modificando desde à gênese até hoje e, pelo contrário, algo que não se modificou é quando discorre-se sobre o público alvo das políticas e intervenções

que o Serviço Social se insere, que desde seu gênese em sua maioria era negros/as, portanto

a atuação profissional, longe de compreender a dinâmica da realidade social e as bases de produção da situação de desigualdade da população negra, a partir de uma conduta calcada no moralismo, autoritarismo e uma concepção descolada do que o movimento da realidade apresentava enquanto constituição de família, os/as assistentes sociais reproduziam posturas racistas ao associar as formas de organizações familiares da população negra como desordem, promiscuidade, como sendo algo de natureza patológica (ibidem, 2019, p. 182)

Assim, este fora um posicionamento histórico que obscureceu as particularidades inerentes à formação das relações no Brasil perante o racismo. Os indicadores notabilizados e por isto tão imprescindíveis para, enfim, a ultrapassagem do Serviço Social desta posição de ora silêncio, ora rotulação de determinados fenômenos que o atravessam diretamente a reprodução social da população negra.

No entanto, pensar a atribuição que é posta à profissão como a questão racial sendo um objeto importante e/ou simples debate contemporâneo sem ater-se as determinações históricas do racismo que não são recentes e estão postas antes do surgimento do Serviço Social. Assim, não são frações fragmentadas que devem permanecer na dimensão complexa que a questão racial exige. O movimento que se tem instaurado dentro do Serviço Social já são pontos imprescindíveis para que se corroborem em revisões críticas e práticas dentro da categoria, sobretudo do ponto de vista teórico-metológico, técnico-operativo e ético-político.

Como discutido em capítulo precedente, na passagem do Império para a República, a condição delegada à população negra no pós abolição fora imputada por barreiras econômicas, sociais e até mesmo habitacional, em que "tornaram-se alvo prioritário das caridades (e de certa dose de eugenia) do Estado, e especialmente no que compete à Assistência Social. Estava traçado o inevitável encontro entre o Serviço Social e as "classes perigosas". (GONÇALVES, 2018, p. 518).

Os determinantes não ficam restritos somente as ações dos primeiros assistentes sociais na consolidação da profissão do Brasil, mas é também necessário que se frise os passos que a profissão se reconceituou e deixou algumas lacunas em aberto, portanto, exercer

O reconhecimento de que há reprodução do racismo nas diversas instituições presentes na sociedade brasileira possibilita o questionamento de sua manutenção e criação de estratégias para sua extinção. Este processo exige uma mudança de postura daqueles que representam e trabalham nas

instituições, concomitantemente a um posicionamento político da população que acessa os serviços, desmistificando o discurso presente nos serviços: da universalidade e da igualdade de tratamento, aliada à democracia racial. (Eurico, 2011, pág. 60)

Estas questões também refletem na ausência submersa nas literaturas e referências teóricas acumuladas pela profissão, que pouco situa o enquadramento dos trabalhadores negros que nem seriam categorizados enquanto proletários, eles estavam na esfera de “subproletariados” (Ferreira, 2010), portanto, não eram reconhecidos enquanto tal dentro das relações de classe, e isso tendenciou aos escritos de forma significativa numa apolitização e apagamento daqueles sujeitos.

Prosseguindo, entre as inúmeras privações, entendia-se por parte do Estado que a população negra precisava ser higienizada e retirada dos cortiços e das grandes cidades, que vislumbravam à industrialização, onde “uma vertente muito difundida pelo eugenismo brasileiro foi a eugenia positiva, profilática e não radical, que enfatizava que a solução para o problema nacional era a higiene. Esta forma de eugenia profilática é a de maior expressão no Serviço Social em sua gênese.” (ibidem, p. 108)

Conforme Pinto (2003) tal exercício à época da gênese da profissão era baseado na moralização e no juízo de valor, com adoção de correntes teóricas como positivismo<sup>14</sup> e funcionalismo<sup>15</sup>. Assim sendo, esse traço esbarrava diretamente no não reconhecimento enquanto a 'clientela' negra/o como ser que teve historicamente suas condições sociais atravessadas pela hierarquização fenotípica e origem influencia no trabalho dos primeiros assistentes sociais.

O forte distanciamento à nível teórico perante à questão racial nos primeiros anos do Serviço Social brasileiro estão atrelados também ao não reconhecimento da questão social como categoria estrutural até então, sendo esta reconhecida como caso de polícia, “à medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a *questão social* como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria

---

14 Essa corrente teórica busca a harmonia e a ordem social a partir da razão e não atribui aos fenômenos seu vínculo com o movimento da realidade. Essa corrente naturaliza a questão social e tem como solução a reforma para amenizar as necessidades de classe.

15 A perspectiva dessa corrente baseia-se em explicar a sociedade, o homem e as ações coletivas através de causalidades, ou seja, de funções sociais e preconiza o bom funcionamento social.

privilegiam as ações direcionadas à "resolução" moral das contradições de classe.” (EURICO, 2013, p. 292)

Este movimento da categoria perdurou até os anos de Reconceituação num processo ainda em meios ainda incompletos na profissão e que como bem pontua Oliveira (2018, p. 385) “uma categoria profissional que tem, como seu objeto de ação, a população negra e pauperizada do Brasil, demorou 80 anos, para compreender que não tinha no cerne da sua formação um conceito e um direcionamento político-pedagógico perante as requisições étnico-raciais”.

Como movimentos indissociáveis, o Serviço Social enquanto profissão demandada dos aparatos estatais que buscavam disciplinar e trazer correção aos sujeitos, movimento esse que culminou na secundarização das necessidades inerentes à população negra frente aos ‘problemas sociais’. Todos os elementos em curso delimitam os primeiros passos da profissão - essa requisitada socialmente no incurso do monopólio do capital - carrega contradições como traço das circunstâncias de um período de exigências e complexidades

o debate étnico-racial possui de forma inequívoca uma profunda relação com a dimensão essencial do trabalho e da questão social. Ele se apresenta como mediação fundamental do objeto da profissão, qual seja, as diferentes expressões da questão social e a efetiva promoção de ações concretas para a sua superação (ABEPSS, 2018, p. 16)

Os resquícios da não apropriação dos indicativos que permeavam a questão racial, está até então desconectada do Serviço Social nos anos iniciais e a herança no bojo da profissão até certo ponto, coadunou com a reprodução de uma ideia de democracia racial, onde segundo Eurico (2013, p. 291) “o trabalho do assistente social sofre interferências do racismo institucional, que fortalece a naturalização e a culpabilização da população negra por sua permanência majoritária nas camadas mais vulneráveis da sociedade, dificultando a proposição de ações que modifiquem essa realidade racialmente fundada”.

Dada invisibilidade e reconhecimento político no interior da profissão e no acúmulo das primeiras décadas, que diferente dos movimentos que emergiam na sociedade a exemplo do movimento negro. Erguem-se as bases fundantes profissionais num movimento que assumira, e conforme à prática que se caracterizava não somente pelo viés da filantropia e caridade, mas pela intervenção ideológica pautada na atividade assistencial em busca da adequação dos sujeitos às relações sociais (IAMAMOTO, 2004)

O histórico perdurável de silenciamento da desigualdade racial na gênese da categoria profissional, como elemento indissociável da formação social brasileira, caminhou no fortalecimento do discurso dominante que logra para malabarismos "justificáveis" da exclusão e desresponsabilização perante a condição social dos negros, em que ‘dar-lhe soluções de remendo parece ser justamente o que fizeram esses assistentes sociais, malgrado a perigosa latência da questão, que já merecera atenção de outras áreas do conhecimento’’. (FERREIRA, 2010, p. 170)

A história apreendida na vanguarda da profissão não se deu conta por situar o papel dos trabalhadores negros, engolidos pela narrativa centralizada nos operários fabris. Quem eram esses sujeitos e quais eram suas condicionalidades? Certamente não se tratavam de sujeitos homogêneos advindos de uma mesma posição de limites societários e, que não diferentes dos trabalhadores e imigrantes brancos, tiveram participação ativa nos espaços urbanos e políticos, na luta não só pelo acesso ao trabalho, mas ao reconhecimento que deles fora tirado.

O impacto no interior da categoria profissional não deve ser tratado de forma individualizante, tampouco que se personalize a centralidade do tema sobre racismo e relações raciais como um "tema" delegado aos pesquisadores, docentes, alunos e profissionais negros. E é nesta superação do conservadorismo que urge como sintoma de um tecido social que ainda não superou e está longe de superar o racismo - se isso é possível em alguma medida -, onde o Serviço Social

sempre conceituou as tentativas, as estratégias, as ações e as experiências de implementação profissional acerca das questões étnico-raciais, como ações de militância político-ideológica, de uma parte da categoria profissional e não como perspectiva de exercício profissional em se debruçar a responder às demandas sociais dessa parcela populacional, sob um novo prisma das relações societárias. (OLIVEIRA, 2018, pág. 2)

Os impactos do racismo e a questão racial não deve ser apreendida pela categoria e profissionais como um adorno externo à militância ou um apêndice dentro dos arranjos teóricos do Serviço Social, tampouco como algo facultativo que o/a trabalhador/a possa optar ou não em “tratar disto” na formação e atuação. É entender que o silenciamento sobre esta grande questão negligencia um dos princípios do Código de Ética e o entende de forma abstrata.

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CEP, 1993, p. 23 e 24).

Assim, mediados pela historicidade, o trato da categoria racial como um suporte precisa vislumbrar para a construção histórica, social, política e econômica, respaldada nos valores e compromissos ético-políticos imprimidos na direção que o Serviço Social busca constantemente efetivar e que deve ultrapassar a forma abstrata desses princípios, assim como os profissionais que cumprem o dever da execução.

Concordamos com Rocha (2019) uma vez que ainda há certos posicionamentos de negação e/ou resistência na crença de uma fictícia isonomia entre os sujeitos - que esbarra indiretamente no discurso construído de democracia racial e a não apreensão devida aos determinantes sociorraciais. Seja no não preenchimento do quesito raça/cor presente nos formulários usados pelo Serviço Social e a não sensibilidade de percepção no trabalho com os usuários e famílias imersos nas relações cotidianas que se estabelecem e são atravessadas pela questão de raça.

É fatídico que o não condicionamento enquanto assistentes sociais em formação sob a apreensão crítica e legítima perante o racismo, leva à caminhos consequentes de reprodução de valores ora discriminatórios e até estigmatizantes em alguma medida, entendendo-o a sociabilidade a qual estamos inseridos.

Como sinalizado pelo CFESS (2018) na campanha "*Assistentes Sociais no Combate do Racismo*" o qual aponta que são as famílias pretas e pobres que mais estão morrendo no país, vítimas do desmantelamento das políticas sociais em curso; onde o corte nestas políticas fere diretamente indivíduos e famílias pretas, que são o maior grupo populacional beneficiário dos serviços sociais como já pontuado em linhas passadas.

Portanto, este fenômeno inserido diretamente no cotidiano profissional dos assistentes sociais não pode ser minimizado tampouco não reconhecido, é uma realidade a qual mata em vida, não no sentido letal, mas no sentido de dignidade e direito aos mínimos básicos de reproduzir-se de forma humana.

Assim, torna-se crucial entender os mecanismos e limites circunscritos ao Serviço Social e seus agentes profissionais, que são atravessados cotidianamente nas instituições e convocados ao fazer profissional para que coadunem com o silenciamento e omissão perante determinados sujeitos e suas necessidades sóciohistóricas. Desta forma, o risco

de desconsiderar os indivíduos em suas condicionalidades sociais contribui para fragmentação dos objetos e finalidades do trabalho profissional a partir de uma perspectiva descolada da realidade como requisita a racionalidade burguesa.

Fenômenos como o racismo, a discriminação por gênero/sexo, não devem ser apreendidos de forma abstrata, tampouco de maneira impermeável na categoria, visto que os mesmos interferem no cotidiano profissional mediante à requisição nas políticas sociais e o público dela assistido, e que, portanto,

a formulação da divisão étnico racial do trabalho considerando as raízes da questão social no Brasil e a presença do escravo negro e do índio na gênese da classe trabalhadora e do capitalismo brasileiro, dependente e periférico. Esse é um grande desafio a ser enfrentado pela categoria profissional, a rigor desde 1993, quando o Código de Ética incluiu como um dos seus valores fundamentais o combate a todas as formas de discriminação e preconceito, o que desde então nos convoca a enfrentar o debate sobre o racismo estrutural e institucional, a sociedade patriarcal e as desigualdades de gênero, na esfera pública e privada, sobretudo no mercado de trabalho, como parte da sociabilidade capitalista no Brasil. (RAICHELIS, 2020, p. 14)

E o desafio infundável para que não se continuem a reproduzir visões sobre sujeitos teoricamente genéricos dentro de uma bolha de igualdade formal desmembrado da historicidade, como é o caso da população negra, e é esta posição histórica presente no interior do Serviço Social que universaliza sujeitos a partir da perspectiva de pobreza e da condição de classe. Portanto, a funcionalidade da falácia da democracia racial ainda é presente em alguns discursos que possuem o mantra pseudo igualdade racial, em que reduz às relações entre sujeitos brancos e negros como harmônicas e passivas.

As insuficiências inscritas no cotidiano dentro das negações históricas de determinados sujeitos, são materializadas na escassez de proteção política, econômica, sobretudo, ao que são atravessadas pela condição racial, de gênero, sexual e demandam, claro, intervenções específicas para além da neutralidade, portanto, concordamos com Raichelis que

o trabalho profissional de assistentes sociais deve orientar-se para a superação da cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, de controle e disciplinarização de condutas, da reprodução de posturas conservadoras, moralizadoras e preconceituosas frente aos diferentes grupos com os quais trabalham: mulheres, comunidades LGBTI, jovens negros e negras moradores/as das periferias das cidades, rompendo com visões que naturalizam ou criminalizam a pobreza e com as variadas formas de discriminação, violência e violação de direitos. (2020, p. 38)

Um dos inúmeros mecanismos estruturais colocados perante à população negra é justamente a escassez ou o não acesso aos direitos, e este é um dos grandes desafios para



os profissionais que atentam-se ao contrário dessa lógica que subalterniza e mascara o racismo em tantas camadas, onde existe pouca ou nula “visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas” (EURICO, 2011, pág. 60).

Compreende-se que a secundarização e/ou marginalização da complexidade circunscrita as relações raciais na formação brasileira e o conseqüente processo de trabalho dos assistentes sociais que estão inseridos na lógica das instituições, reprime a apreensão da realidade social e das necessidades do público alvo, o que interfere e conseqüentemente na qualidade e compromisso que precisam estar alinhados nas ações profissionais.

Imprescindivelmente, entender que o público alvo do trabalho do assistente social, para além do atravessamento das expressões da questão de classe que restringe e nega direitos, também são interceptados por esse problema na esfera civil, política, até mesmo no direito à vida com o alto índice de mortalidade da população negra. É nesta dimensão que a realidade sobre a qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, o que o leva, a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração, a refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para a uma intervenção profissional comprometida com o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação (ROCHA, 2011, p. 1)

O Serviço Social em determinado período da sua trajetória<sup>16</sup> incumbe-se do compromisso ético-político no direcionamento aos interesses da classe trabalhadora e precisa transpor dos mecanismos ideológico para dar conta da realidade em que se inscreve seu trabalho e atuação, entendendo que “o conservadorismo nunca esteve ausente da profissão e se alimenta no tempo presente por determinações societárias que fortalecem seu avanço. É uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena” (BOSCHETTI, 2015, p. 637)

---

16 Esse compromisso e projeto ético foi difundido a partir de um amplo movimento de construção coletiva no Serviço Social. Esse compromisso está expresso na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares de 1996. Teve seu início mais precisamente no 3º CBAS, ou Congresso da Virada, o qual progride de maneira mais sólida na década de 1980 e na recusa do conservadorismo que delimitava a história do Serviço Social brasileiro.

É nesta correlação de projetos inerente à conjuntura contemporânea que são decifradas a legitimação das reais condições de vida da população brasileira e negra, por isto, dar-se necessidade concreta de materialidade à questão racial e seus determinantes como primazia dentro da categoria profissional. Certos posicionamentos não devem ser incorporados de forma isolada ou fragmentada frente as determinadas questões aqui pontuadas, ou como vê-se comumente como uma questão que fica delegada aos pesquisadores, discentes e profissionais negros.

A fundamental apreensão transversal por todos os segmentos da categoria, dos estudantes em formação, aos docentes, nas diretrizes do Serviço Social e profissionais da 'ponta'. Estas posições não devem ser incorporadas de forma isolada ou fragmentada frente as determinadas questões aqui pontuadas, ou como vê-se comumente como uma questão que fica delegada aos pesquisadores, discentes e profissionais negros. A fundamental apreensão transversal por todos os segmentos da categoria, dos estudantes em formação, aos docentes, nas diretrizes do Serviço Social e profissionais da 'ponta'.

Não cabem mais, portanto, espaços para possíveis arbitrariedades sobre determinados assuntos que é o caso da questão racial, do racismo e das relações raciais. É o compromisso que precisa ser direcionado a estas manifestações, como um compromisso político concreto do Serviço Social, entendendo os movimentos contrários e de recusa como posicionamento que fere direto um dos princípios do nosso Código de Ética Profissional. Portanto, é estar aberto com uma categoria que dispõe de atuação em prol da promoção da cidadania e valores que buscam emancipar sujeitos.

Cabe referir também que essa tarefa não é restrita apenas ao Serviço Social mas da sociedade civil, da agenda pública, do Estado, das instituições em desmistificar a relação universal que se tem presente sobre a igualdade jurídica circunscrita constitucionalmente no Brasil e que mascara cotidianamente os conflitos e questões raciais latentes como fora mostrado no capítulo primeiro deste trabalho.

Há resistência, sim, ainda hoje por parte de alguns profissionais, em ver - ou não - seu trabalho atravessado pelas categorias não só de raça, mas também de gênero, sexualidade e outras, que acabam reforçando a estrutura de práticas discriminatórias, preconceituosas, sexistas e racistas.

O exercício já está no simples ato de enxergar a questão racial descortinada na realidade brasileira, e a partir disto, se instrumentalizar de um arcabouço teórico

metodológico e ético político em busca de romper com práticas fragmentadas e conservadoras, ora de negação de determinado dado no real ou negligência perante o acervo de dados que subsidiam a realidade racializada que é posta e seus desdobramentos.

A questão étnico racial e seus determinantes no cotidiano surpreendentemente ainda não são quistos como elementos consensuais e fundamentais para a categoria como um todo. Os desafios postos não somente endógenos ao Serviço Social são constituintes também ao externo que o cerca, como a própria resistência da sociedade em entender o racismo enquanto tal. Portanto, é imprescindível entender que esse movimento fluído não se encerra na categoria em si, mas atravessa todo o tecido social, o qual o Serviço Social também está circunscrito

Se pensarmos que os dilemas ainda estão postos no presente e carece de necessidade de revisão das matrizes curriculares sobre a aderência ou não no núcleo de fundamentos concedente à questão étnico-racial, interligadas em todo arcabouço teórico metodológico, ético político e técnico operativo.

Os caminhos que tendem a levar-nos para uma formação deficitária quando se trata sob os eixos fundantes da questão racial e sua totalidade, infere diretamente no trabalho profissional. Os mesmos possuem em seu exercício a contradição sistêmica das instituições e claro, não estariam desprendidos desta lógica na cotidianidade, assim, os assistentes sociais são responsáveis pelas respostas profissionais que precisam estar alinhados às necessidades da população negra, sobretudo quando discorre-se sobre as políticas e os serviços sociais.

Importante destacar que incorporar e reconhecer devidamente a questão racial e seus determinantes sociais no bojo da relação do Serviço Social para com a sociedade não se trata apenas de uma formalidade teórica que a profissão assumira circunscrita à academia, aos estudantes em formação e aos docentes com "afinidade" para estas manifestações. Mas estes são compromissos políticos cruciais que dizem respeito à prática profissional pensando o espaço extra acadêmico.

Ouso dizer e gostaria de ser contrariada sobre não haver espaço sócio ocupacional em que o Serviço Social se insere que não haja maior incidência e demanda da população negra. Sejam nos serviços de proteção básica e especial, os quais são majoritariamente em áreas de vulnerabilidade e as famílias e indivíduos assistidos são negros em sua maioria.

No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde estagiei e foi um dado que despertou a escolha pelo objeto deste trabalho, pois a maioria dos usuários eram homens negros de todas as faixas etárias. E na área da saúde? A população que tem atravessada no processo saúde-doença-morte os determinantes do racismo, que é mais suscetível a algumas doenças prevalentes nesse grupo populacional e que também é alvo de violações institucionais.

Prosseguindo, compreende-se que parte do movimento da sociedade, sobretudo à população negra e o movimento negro assumem posições de criar estratégias, denunciar e expor a dinâmica do racismo em nosso meio social, e isto precisa ser exercício primordial também ao Serviço Social. Este enquanto categoria que assume um compromisso ético-político e, possui dilemas e desafios confrontados cotidianamente em estratégias, portanto, urge-se à necessidade em agudizar a criticidade e qualificações contínuas para estar instrumentalizado frente a este panorama que não está dado, tampouco encerrado.

Assim, em que como objetivo a campanha realizada pelo CFESS (2017) que determina que ao dar centralidade a este debate, queremos incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas manifestações das relações raciais atravessadas pela desigualdade com base na raça.

Dessa maneira, expressa historicamente a relação do Serviço Social com a questão racial que são: ora de silenciamento, ora não reconhecimento e até “descrença” por parte de certos profissionais como se a questão do racismo fosse um tabu. Assim, evidencia-se o impacto do tardio caráter investigativo da profissão perante as determinações das relações raciais, que dentro da perspectiva de totalidade descortina o racismo enquanto fenômeno e não mera patologia de certos sujeitos isolados,

A realidade das amostras e dados brasileiros, se não na maioria esmagadora de todas as áreas, políticas públicas, se não em 99,9% delas, são subsídios alarmantes que norteiam para inflexões sobre a situação precária que o Brasil se moldou num contínuo de subalternização de determinados grupos populacionais.

Da reconfiguração entre mulheres da classe média e alta como primeiras assistentes sociais, configura-se outra roupagem nas últimas décadas sob novas cores, condições sociais e trabalhadoras/os que para além de atender majoritariamente a

população negra, também são negras/os, e não estão isentas de serem alvos do racismo em seus espaços de trabalho. Esta expressão é ainda maior na base e menor nos espaços acadêmicos, pois há maior quantitativo de docentes brancos e, em contrapartida, os profissionais negros inserem-se na ‘‘ponta’’.

Por fim, as relações étnico-raciais, assim como as demais como gênero, sexualidade, não devem ser encaradas com preponderância a categoria de classe; visto que estas quando tidas em análise que se correlacionam, dão sentido de interação e complementaridade sobre si e não sob perspectiva reducionista. O lugar ocupado historicamente pelo Serviço Social em silêncio sobre o racismo e as relações raciais, atinge o sentido de a categoria transpor os parâmetros estabelecidos nessa sociabilidade reprodutora do racismo.

### **3.2. As Diretrizes Curriculares e a questão racial**

O iminente percurso histórico de contraposição do Serviço Social a uma formação e atuação profissional sob a égide do conservadorismo até então presente em sua trajetória, passa para compreensão da dinâmica da vida social na perspectiva da totalidade e do movimento do real através dos processos sociais. Resulta posteriormente na formulação das Diretrizes Curriculares<sup>17</sup> de 1996 e o então Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação e o então projeto profissional que conduz O Serviço Social no deslocamento político.

É na relação direta do movimento dos profissionais e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que vai se construindo o posicionamento crítico e têm-se nesses marcos à adesão na direção da categoria de Serviço Social sob a teoria social crítica. Há uma reconfiguração na profissão desde os movimentos anteriores a década de 1990, como a renovação profissional e o Congresso da Virada<sup>18</sup>, são esses

---

17 As Diretrizes Curriculares foram precedidas de um extenso debate de construção com toda a categoria profissional, com a execução de diversas oficinas locais e regionais. Este documento expressa inúmeros avanços, os quais foram: amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, direção sociopolítica da formação profissional, tradição teórica que respalda a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

18 Expressa um processo de transição e fora proposto pela Abess em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento da categoria profissional. A partir dos anos 1970 ocorreram importantes acontecimentos em diferentes âmbitos: na formação; na produção e divulgação dos

eventos que, posteriormente dão suporte ao desenvolvimento do Projeto Ético Político. Esses marcos alteram, gradualmente, o direcionamento e atuação dos assistentes sociais, no compromisso ético político na ampliação dos direitos sociais e aos interesses dos sujeitos.

E, especificamente, sobre as Diretrizes Curriculares no ano de 1996, houve por parte disto o movimento contrário político à formação inerente à gênese profissional e a formação técnica voltada para o mercado. Agora, esta objetiva a defesa da matriz pedagógica que certifica o projeto profissional presente, e entende-se as diretrizes curriculares como a largada com vistas à formação, sendo a referência e o documento norteador de todos os cursos de Serviço Social. É na década de 1990 como um todo, desde seu início ao fim, que representa a maturidade intelectual e sociopolítica alcançada pela categoria.

Nesse sentido, a apreensão teórica e de análise que se constitui no Serviço Social brasileiro, principalmente nas últimas três décadas, contribui de maneira significativa para ampliar a objetividade de determinadas discussões como a questão étnico-racial. Visto que a medida que se apreende os elementos constitutivos da formação social brasileira e seus determinantes, tem como centralidade os sujeitos sociais e a reprodução deles na esfera capitalista.

Assim, como mencionada ao longo do capítulo antecedente, dada centralidade das expressões da questão social como objeto do exercício profissional dos assistentes sociais, há uma formulação a partir desta apreensão sobre os núcleos de fundamentação da formação social que começam a surgir nos cursos de graduação. Antes era baseado no Currículo Mínimo de 1982<sup>19</sup> que foi “substituído por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas.” (IAMAMOTO, 2014, p. 11).

Conforme o documento da ABEPSS (1996), são eles: núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; núcleo dos fundamentos da

---

conhecimentos a respeito da profissão; na virada nas entidades da categoria com um novo projeto para o Serviço Social e a perspectiva de articulação entre elas. Estes fatos foram fundamentais para a ruptura no Serviço Social brasileiro e latino-americano com a perspectiva conservadora (Yazbek, 2019, p. 409)

<sup>19</sup> O Currículo Mínimo de 1982, assim como as Diretrizes Curriculares que o precede, foi construído coletivamente pela categoria. Possuía aspecto bastante sutil sobre a perspectiva da formação profissional na direção crítica, mas representava uma direção de intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro

formação sócio histórica da sociedade brasileira e significado do Serviço Social no seu âmbito e núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, os quais ‘‘abrangem, respectivamente, dimensões teórico- -sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise’’ (Iamamoto, 2014, p. 12) em que o segundo núcleo, especificamente discorre sob

Esse núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, **diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.** (ABEPSS, 1996, p. 11)

Compreende-se, portanto, que a incorporação desses núcleos nos cursos de graduação em Serviço Social não descarta as lacunas ainda existentes na formação profissional, especificamente as que falam sobre a diferenciação de classe, gênero e étnico racial, mesmo após os caminhos percorridos em duas décadas. Assim, como ainda é o trato da questão racial no âmbito da formação profissional numa perspectiva, seja de presença ou ausência, compreendendo o trabalho do assistente social atravessado pelo racismo em sua forma institucionalizada e mesmo o racismo interpessoal e esta relação com a direção sociopolítica e os princípios defendidos pela categoria.

As Diretrizes Curriculares 1996 não aponta em seus pressupostos da formação o debate propriamente sobre a questão racial, sendo este restrito à disciplina de acumulação capitalista e desigualdades sociais, conforme destacamos

Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários. (ABEPSS, 1996, p.17)

Assim, reconhecer a liberdade como valor ético central, atuar em defesa da autonomia e emancipação dos sujeitos com ações profissionais teoricamente elaboradas com princípios de justiça e equidade, não podem estar de acordo sem a efetiva busca por interferir na realidade social que reproduz as condições para que parte da população

mantenha-se na marginalização em todos os sentidos em função de sua condição étnica. Este é ainda um desafio contemporâneo para o Serviço Social e seus profissionais que dão concretude à profissão, visto o histórico atrasado que se teve, em consolidar de fato disciplinas que dessem conta da complexidade que é a questão racial.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares do Serviço Social significam um grande avanço para análise da realidade social em sua totalidade, rompendo com a fragmentação tão comum do positivismo. Entende-se que questão racial e as relações raciais constituídas pelo capitalismo como uma análise pertinente dentro da categoria integra os princípios e fundamentos que regulam a formação e o exercício profissional com base também nos seus dispositivos como Código de Ética, Lei de Regulamentação e as Diretrizes Curriculares.

A partir do ponto em que se compreende o tecido social e as mediações, entende-se a especificidade da formação social brasileira e o assistente social enquanto profissional inserido no aprofundamento da questão social e exponencial aumento de suas refrações que são atravessadas pela questão étnico-racial. Assim, o assistente social, sendo uma/um trabalhadora/or que interfere e mitiga as refrações da questão social, necessita ter a formação profissional orientada na realidade social que lhe é determinada e, para isso, é indispensável uma formação também conforme as mudanças sociais.

Dar-se importância em transversalizar esses eixos em matrizes curriculares, reconhecendo a necessidade em estruturar o trabalho profissional com base e princípios ético-políticos combinados ao arcabouço teórico-metodológico<sup>20</sup> e técnico-operativo<sup>21</sup>. Em que estes sejam reforçados no ensino e no trabalho profissional, que precisam estar alinhados à defesa e implementação destes nos currículos das graduações, com vistas à formação profissional e consecutivo exercício profissional, coerente ao entendimento e não esvaziamento dos determinantes étnico-raciais no cotidiano institucional.

---

20 É a matriz responsável por viabilizar uma leitura crítica da realidade social a partir do movimento do real, uma vez que a prática social não se põe de imediato no cotidiano da sociedade capitalista. Essa dinâmica precede de exigência metodológica para captar as múltiplas determinações e fenômenos que constituem essa sociedade. Ver mais em Yamamoto, 1999.

21 Refere-se à composição dos instrumentais e as técnicas que viabilizam a intervenção profissional. É a técnica que qualifica os instrumentos quando implicadas nos referenciais teórico-metodológico, não num parecer tecnicista.



A sutileza e a forma tímida que se tem durante a formação sobre questões raciais, são um dos empecilhos para que abarquemos e tenhamos um caráter de amplitude da realidade social com suas particularidades. Portanto, assumir o racismo como fenômeno estrutural que alimenta esse sistema não é tarefa simples.

Portanto, concorda-se com Eurico (2013) que ao longo da dissertação sobre a percepção dos assistentes sociais acerca do racismo institucional, os resultados obtidos pela autora foram à visão distorcida dos profissionais de Serviço Social sobre os mecanismos – diretos ou indiretos - de reprodução do racismo na sociedade brasileira. Entende-se que há alguns anos, essas questões eram embrionárias ou não faladas no interior da profissão, com tímida dimensão que vai se construindo na contemporaneidade, pois “pela própria história da profissão e o conservadorismo que marca sua gênese, o debate sobre a questão racial não encontrou terreno fértil para ser incorporado pelo Serviço Social até a década de 1980.” (ibidem, p. 306)

Apesar da aprovação do então Código de Ética Profissional, em 1993, que possui um dos princípios na eliminação de qualquer forma de preconceito, essas questões foram sendo implementadas de maneira gradual e ainda não unânime em todo escopo da profissão até a contemporaneidade, mesmo passados 27 anos exatos. Somente no ano de 2014, numa assembleia da ABEPSS, foi aprovada em concordância geral a inclusão de, no mínimo, uma disciplina curricular obrigatória na graduação de Serviço Social, que contemple as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações. (ABEPSS, 2016).

Mesmo com todos esses novos parâmetros para a formação profissional em vista de uma nova prática, ainda não se pode afirmar de forma uniforme sobre a legitimidade da discussão racial no processo formativo, uma vez que ainda se tem um caráter optativo na oferta dessas disciplinas especificamente, o que faculta ao estudante querer ou não incluí-la. Nestes casos, como se pensa o trinômio pesquisa-extensão-ensino, se ainda não há um consenso curricular no processo educativo-formativo sobre essas determinações.

Importante refletir sobre a formação dos assistentes sociais antes a esses marcos dentro da categoria e tiveram nulas ou tímidas proximidades com as temáticas desses eixos, visto que isso reflete diretamente no exercício profissional. Os posicionamentos não devem ser delegados a uma parte da categoria, ao estudante em formação e

profissional negro ou aqueles que possuem proximidades em suas pesquisas com o tema. Pensar que, se um espaço sócio-ocupacional ou mesmo um quadro de docentes de graduação não estiver composto por um profissional negro que esteja politizado com esse eixo, é de se indagar se a questão racial propriamente vai ser apreendida no cotidiano.

Este posicionamento não deve ser tarefa de pessoas específicas e sim um compromisso de toda a categoria, e que atentem-se pois “o processo de formação permite aos egressos adquirir competências para intervir, propor e executar políticas, programas e projetos destinados à superação das desigualdades étnico-raciais?” (OLIVEIRA, 2017, p. 395)

Um dos desafios que se coloca, especificamente na dimensão técnico-operativa e no exercício profissional, diz sobre o grau reflexivo e o caráter investigativo do profissional, a partir da leitura da realidade e é a partir destas que são elaboradas as intervenções e – em que a realidade brasileira é um grande “mostruário” quando diz respeito às relações raciais e as manifestações do racismo historicamente, portanto, “não dá para desconsiderar o fato de que a classe trabalhadora brasileira é preta e que, portanto, os direitos sociais atingidos pelos cortes orçamentários e pelas contrarreformas no Brasil não são apenas os direitos “dos/as usuários/as” (SANTOS, 2018, p. 70)

Como demarcado ao longo do trabalho, tem-se características particulares do ser negro no Brasil, as quais não podem ser esvaziados no processo de intervenção ou mediadas de forma abstrata. Um exemplo é o não preenchimento do quesito raça/cor nas fichas, onde alguns profissionais não conseguem dimensionar essa importância.

Se com base na dimensão técnico-operativa, parte-se da leitura da realidade e essa realidade carece de respostas a partir da captação dos fenômenos presentes no cotidiano e a construção das mediações, a não apreensão dessas mediações impacta diretamente a visibilidade sobre as desigualdades econômicas, sociais, culturais transversalizado com categorias importantes como raça, gênero, sexualidade. Carece-nos da necessidade em conhecer os sujeitos da ação profissional e que concordamos com Rocha (2014, p. 304) “é preciso conhecer a sua história e com ela apreender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente.”.

Numa experiência particular enquanto aluna em formação, que teve dentro da disciplina de Fundamentos Teóricos Metodológicos e Históricos II a tese "O negro na gênese do Serviço Social" de Camila Ferreira (2010) e que está inscrita justamente nos

fundamentos da profissão e discorre desde os processos de institucionalização. Entende-se a relevância em abordar a questão racial nas matrizes curriculares como nexos dos fundamentos históricos do Serviço Social e não somente designado à matéria específica, que no caso da minha graduação é obrigatória, no entanto nem todas são.

A importância de abordar de forma analítica e transversal a todas as disciplinas a fim de travar, de fato, essa temática na formação. Acredito que ainda estamos em meios de abertura para essas limitações na formação e em grande parte das matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social, sobretudo no campo dos fundamentos como meio que pode trazer essa temática de forma analítica com base na formação social brasileira.

Os cursos, não distintos dos profissionais e estudantes em formação, devem estar conectados ao movimento da realidade com base em seus currículos, como princípio de atender as demandas postas no cotidiano o qual se insere os assistentes sociais e são condicionantes para o seu trabalho, seja como profissional que atua nas políticas sociais, seja na gestão ou execução destas.

Assim, o silêncio também se categoriza enquanto um posicionamento, portanto, invisibilizar determinadas questões seja na formação ou no exercício profissional, culmina na não apreensão que conheça de fato quem são os sujeitos que moldarão a atuação profissional, desconhecer tal realidade também revela um sentido de omissão.

A realidade aponta de maneira mais aguda quem é o principal alvo de um capitalismo em crise e das bases ultraliberais que acumula assiduamente novas estratégias diretas e indiretas de subordinação para com grupos populacionais específicos como já sinalizado em passagens precedentes. Os impactos desiguais desses fenômenos na sociedade como um todo e este movimento possui relação direta com o Serviço Social, portanto, dar-se logicidade em unificar a questão racial e ter como uma das bandeiras centrais no interior do Serviço Social, portanto, ganha maior importância em uma conjuntura marcada não apenas por conservadorismos, mas reacionarismos e fundamentalismos racistas, misóginos, homofóbicos, criminalizantes e genocidas da juventude negra e dos povos indígenas no Brasil.

Acreditamos que a formação profissional de Serviço Social, deve estar associada a uma consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negras/os, indígena, feminista, LGBT e outros). Nessa perspectiva, é possível continuar avançando na renovação profissional, afirmando a liberdade como valor ético central, ampliando direitos e nos contrapondo a todas as formas de discriminação, opressão e exploração em defesa da emancipação humana. Para tanto, entendemos que essas temáticas não devem estar presentes em apenas

um componente obrigatório, mas, em toda a formação profissional (ABEPSS, 2016, Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/apresen-tacao-graduacao-15>).

A necessária ratificação da lógica das diretrizes curriculares, que traz centralidade para dimensão do trabalho e da questão social no bojo do Serviço Social e, daí parte-se subsídios para incorporar as mediações necessárias sob as relações raciais e o racismo na sociabilidade brasileira. Sob estas tendências é necessário o movimento político adensado da categoria no trabalho profissional e no processo de formação, tanto na graduação como na pós graduação, pois, torna-se discrepante trabalhar sob uma perspectiva de totalidade e não centralizar a categoria raça como estruturante das relações sociais e a formação sócio histórica brasileira.

Não é um debate unânime de forma coletiva, ainda é tido como enviesado por parte de alguns profissionais e estudantes que possuem "resistência" perante o debate e na medida em que esse debate é invisibilizado por parte da categoria, denota que o Serviço Social não está isento da dinâmica das relações estruturais reprodutoras do racismo.

Assim, romper com a lógica que subjuga sujeitos, conforme as estratégias e possibilidades colocadas ao profissional e não na executiva reprodução das requisições institucionais, visto que não é esse o fim que a profissão e seus princípios ético-políticos assumem. A precarização da formação e trabalho profissional resulta no distanciamento das Diretrizes Curriculares e que sustentam o projeto profissional.

Por isso, primordialmente, cabe revisão e atualização dos conteúdos relativos à questão étnico-racial no processo educativo-formativo de graduação em Serviço Social, visto que o sentido dessas matérias, em específico, precisam abranger de forma analítica as grades curriculares, traçando uma perspectiva crítica e reflexiva sob às mudanças societárias postas e os determinantes da questão racial no Brasil na contemporaneidade.

Portanto, as novas prerrogativas norteadas pelo Serviço Social nas últimas décadas fazem-se em status de exercício constante em tempos de acirramento e respaldo do conservadorismo e conseqüentemente das práticas discriminatórias. Pois se entende que momentos arbitrários não são exceções e sim a regra na ordem capitalista, onde a população negra é a mais afetada pelas expressões da questão social desde a constituição da formação social brasileira.

Por isto, torna-se fundamental entender como o racismo e suas causalidades se relacionam com as instituições que são os ambientes de trabalho dos assistentes sociais,

pois “nos últimos 40 anos, nós não fugimos de tarefas complexas que nos colocam eticamente o horizonte da emancipação humana. Por que então fugiríamos dessa? O combate ao racismo sempre foi parte da luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária e não é de agora que nossas entidades nos convocam para assumi-lo” (SANTOS, 2018, p. 85)

Dessa forma, faz-se imprescindível o reordenamento educativo formativo dos assistentes sociais, seja os que estão ainda na graduação e até mesmo os que já estão formados há décadas, pois estes não presenciaram essas novas aparições que se tornaram legítimas na última década. Pensando que somente em 2018, na campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS, o documento intitulado “*Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*” ganha forma e centraliza, de fato, o estudo sobre a responsabilidade dos profissionais no enfrentamento das desigualdades raciais. A categoria e seus agentes profissionais não podem mais estar fora desses compromissos.

A amplitude deste debate traz impactos diretamente nas gerações contemporâneas e futuras de assistentes sociais, que serão possibilitados de ter uma dimensão racial das necessidades associadas aos serviços e usuários de forma visibilizada, no atendimento humanizado com nítidas mediações desse compromisso ético e político. É necessário estar atento ao *modus operandi* capitalista que rege sobre o tecido social mecanismos utilizados para manutenção da sociabilidade burguesa.

Dessa maneira, a reação do Serviço Social frente a conjuntura desfavorável na manutenção capitalista em diversos âmbitos na contemporaneidade, também necessita estar articulada com a apreensão do debate étnico racial no interior da categoria, entendendo que os contextos de retrocesso afetam um conjunto de pessoas e de forma mais destrutiva a população negra.

A profissão vem construindo novas perspectivas no que diz respeito a questão racial e o racismo, mas ainda tem-se expressivas contradições no interior da categoria que obstruem um desenvolvimento coletivo pautado na direção social construída pelo Serviço Social brasileiro. Assim, como trabalhador que atua no enfrentamento das expressões da questão social, implementando, planejando, efetivando e avaliando políticas públicas, não deve se abster ao longo da formação de matérias relativas à questão étnico-racial, principalmente pela tendência de suas competências serem enviesadas pelas demandas apresentadas no cotidiano.

Os limites e desafios emergentes para consolidação desse debate na formação ainda são muitos e, interferem com vistas à perspectiva de totalidade da realidade social, subsidiado pela criticidade, uma vez que essa lacuna não se preenche enquanto fragmentados das relações étnicos raciais. Portanto, é perigoso não tornar essas questões aqui expostas de forma coletiva como preconizado nas instâncias e entidades do Serviço Social, pois enviesa a constituição desses na formação profissional e no trabalho profissional.

Para que não corroborem com a regressão de um perfil profissional conservador e tecnicista para o mercado, faz-se indispensável o fortalecimento do projeto profissional que inclui as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que não anteponha os interesses institucionais e apenas na execução deles. Portanto, estar em conformidade na potencialização da direção social que faça jus aos princípios da profissão para que se assegure uma concordância ético-política que possuímos enquanto primordial na categoria e não seja agente responsável por contribuir na manutenção de relações discriminatórias que tanto são fomentadas nessa ordem social.

Logo, faz-se indispensável conduzir os princípios que norteiam o trabalho profissional, pois estes abrirão novas possibilidades e sentidos na construção de uma perspectiva crítica, coletiva e integralmente social no trabalho profissional. Portanto, é na identificação das lacunas identificadas na formação profissional e na importância desse elemento concomitante as mudanças nas ações profissionais como foi ao longo de todos os anos de Serviço Social no Brasil desde sua institucionalização.

Em finalidade, é a possibilidade de criar estratégias que fortaleçam temáticas historicamente silenciadas no interior da categoria para estabelecer mediações que possibilitem abranger todos esses sistemas hierárquicos que sim, existem, e atravessam o trabalho profissional. Portanto, é estar em conformidade com a direção social construída desde a década de 1980 para defesa intransigente dos direitos sociais da população usuária e pela atenção as manifestações da questão social em concomitância com os determinantes sócio- raciais.

### **3.3. – A Política de Educação Permanente como estratégia para o Serviço Social: reflexões para o cotidiano profissional**

Discutiremos no presente item a compreensão da Política de Educação Permanente como importante estratégia no âmbito do Serviço Social, que não se origina da profissional, mas se instaura na categoria a partir do conjunto CFESS-CRESS. A mesma se baseia na defesa da formação e qualificação profissional crítica e contínua, que como visto no item precedente sobre as Diretrizes Curriculares, a formação sofre expansivos avanços ao passo que ainda possui limites.

Portanto, entende-se a Educação Permanente como possibilidade para o adensamento fundamental da questão étnico racial, que é nosso objeto, no interior da categoria, pois “a Política de Educação Permanente extrapola a formação voltada para a qualificação do exercício profissional, podendo alcançar a dimensão mais ampla da organização política da categoria” (CFESS, 2012, p. 14).

Assim, a importância da educação permanente no trabalho dos assistentes sociais busca transpor a lógica produtivista de formação para o mercado, em que essa política discorre sobre a inserção e continuidade de forma qualificada desses profissionais no mercado de trabalho contemporâneo, compreendendo que a educação de forma geral se inscreve nos ideários neoliberais.

Portanto, a educação permanente é um importante instrumento de potencialidade para integrar ensino-trabalho, que não sejam meios de sujeição à ordem capitalista, partindo-se do ponto que o assistente social possui em seu trabalho a contradição de atender interesses antagônicos. A educação permanente pode ser instrumento de várias interpretações e várias categorias profissionais, e se assume para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na perspectiva crítica e nos princípios fundamentais éticos que reforçam a formação e o trabalho profissional no Serviço Social. Portanto, se constitui nos instrumentos legais que imprimem a direção social e política da categoria, e reafirma cotidianamente seu projeto ético político.

É a conjuntura das transformações inerentes à crise estrutural da década de 1970 e posteriormente no contexto neoliberal da década de 1990 que se desdobra o processo de mercantilização da educação e o desmantelamento do processo educativo das

profissões onde havia uma inclinação para formação voltada para o mercado e não como o conceito ampliado e crítico que se tem.

Cabe destacar que é um cenário contrário a lógica mercadológica que a profissão defende uma educação universal e de qualidade, subsidiada na construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e se contrapõe ao cenário educacional traçado pelas reformas universitárias, vinculada a lógica produtivista do mercado.

É a sociabilidade contraditória que exige dos profissionais habilidades para desvelar e intervir numa realidade complexa que se dá o trabalho dos assistentes sociais, em que esse é atravessado por transformações que se materializam no objeto da profissão, ou seja, a questão social. Essa conjuntura nos coloca à frente da necessidade constante de captar o movimento dessa realidade com base na perspectiva crítica, que se materializa no caráter investigativo e interventivo desses agentes profissionais

as respostas aos desafios postos por um mundo em rápida transformação estão atreladas, por meio de uma compreensão melhor do outro e do mundo, numa lógica de que a empregabilidade e o sucesso profissional estão atrelados aos resultados do empenho individual dos sujeitos e do processo ensino-aprendizagem, bem sucedidos. Esta é a direção imediatista e fragmentada proposta pelos organismos, que associam educação ao modelo de desenvolvimento capitalista (CFESS, 2012, p. 20)

Portanto, a educação permanente é um mecanismo divisor no interior da categoria, o qual visa promover o aprimoramento intelectual, técnico e político dos assistentes sociais, como estratégia para qualificar exercício profissional em uma atuação crítica no mundo do trabalho CFESS (2012). É romper com a fragmentação que ora se inscreve no cotidiano profissional e reconhecer os limites da formação e a complexidade da realidade.

Assim, englobando o objeto do trabalho, a apreensão das variadas discussões sobre a questão étnico-racial e seus determinantes, pela categoria profissional, possibilita trazer centralidade ao compromisso de forma coletiva no contexto sóciorracial e às implicações na realidade brasileira e sua ligação com o Serviço Social. Portanto,

O esforço para avançarmos no debate da questão étnicoracial na formação profissional, e assim, compreender como as diferentes manifestações e expressões do racismo perpassam os espaços da formação e do exercício profissional, sendo premente a sua apreensão, bem como estratégias para o seu enfrentamento nos diferentes campos de atuação profissional” (ABEPSS, 2018, p. 17)

Os questionamentos e inquietudes que surgem no cotidiano do trabalho profissional, se dão ao passo que as necessidades sociais e as demandas colocam o fazer profissional em constante movimento - ou deveria – para compreender a realidade a qual



se está inserido/a. Dessa forma, a contemporaneidade legitima novos desafios e requisitos possibilidades e limites do cotidiano para serem superados.

Novos posicionamentos consolidam-se no Serviço Social brasileiro com forte fomento à intervenção política e qualitativa contrária à uma formação conformista. Dessa maneira, a relevância dos espaços organizativos e formativos são campos férteis à consolidação de reafirmar o projeto ético político, e que, portanto, é o fio condutor da educação permanente para o fortalecimento dessa base profissional que inclui o Serviço Social brasileiro

A ABEPSS vem contribuindo por meio da organização de oficinas regionais e nacionais de graduação, seminários de pós-graduação; dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); na organização, juntamente com os CRESS, dos fóruns locais e regionais de supervisores de estágio; na articulação dos/as coordenadores/as dos programas de pós-graduação do Brasil; com a constituição e organização dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs); com a Implantação da Política Nacional de Estágio (PNE), mobilizando a sua implementação nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs); e, mais recentemente, em fase de execução da “ABEPSS itinerante”. Além de outras iniciativas desenvolvidas junto com o CFESS, como o curso de especialização Serviço Social: direitos e competências profissionais. (CFESS, 2012, p. 39)

Assim sendo, são os elementos e aspectos da realidade contemporânea que dão razão à necessidade de se ter uma educação permanente no âmbito do Serviço Social, tendo em vista as novas demandas advindas das mudanças no mundo do trabalho e, o encrudescimento das expressões da questão social, sendo primordial a atualização contínua nas habilidades e competências desses agentes profissionais. Esses mecanismos contribuem para que não se tenha um abismo entre os profissionais de base/campo e o espaço acadêmico, dada situação que é expressiva dentro da categoria profissional.

O afastamento da formação genérica, substituída por um conjunto prescritivo de intervenções, sem o rigoroso movimento de articulação entre totalidade e particularidade no fazer profissional, pode contribuir para a maior alienação e perda da capacidade de intervenção crítica na realidade do trabalho (já bastante prejudicada pela precarização do trabalho dos/ as profissionais e aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora (ibidem, p. 39).

Portanto, a inserção da perspectiva de educação permanente dá-nos enquanto categoria profissional, subsídios para o cotidiano e o cenário contraditório no campo das relações sociais, à medida que potencializa o trabalho fundamentado na dimensão crítica, propositiva e consciente. Perspectiva essa, oposta ao esvaziamento da dimensão crítica,

criativa a qual os adequam a simples executores sem a devida inserção baseado no projeto profissional construído e não os projetos formativos na lógica mercadológica.

Os percursos construídos na defesa do projeto da profissional do Serviço Social são adversários aos princípios das propostas educacionais meramente tecnicistas. Portanto, esse cenário do legado do neoliberalismo atinge a categoria e a coloca na necessidade de analisar e resistir à formação em Serviço Social crítica e de qualidade crítica e de qualidade.

É dessa formação as práticas profissionais cotidianas, e intervém construir a inserção crítica no mundo do trabalho, em que a atuação desses profissionais no mercado de trabalho transpor requisições mercadológicas, ou seja, na perspectiva de compromisso com os princípios éticos e políticos legitimados historicamente. Assim,

Vale indicar que esta proposta de Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata, do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação contínua a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado (CFESS, 2012, p. 22).

Essas transformações societárias demandam um pessoal que cumpre várias funções e se distancia de suas habilidades profissionais, agindo de forma individual e não contesta a realidade e não se incide sob a análise da prática, o que vai completamente na contramão do que direciona o Serviço Social brasileiro. Nesse cenário de mudanças, se acirra cada vez mais as condições precárias de trabalho e um contraposição entre os profissionais, que inflexiona uma relação de competitividade e não complementaridade de saberes e práticas.

As requisições cotidianas da conjuntura nas condições objetivas e subjetivas do trabalho dos assistentes sociais, realça as dificuldades na atuação profissional quando apreendidos sem mediações e intermédios necessários, com inclinação de interpretar o aparente com ações pragmáticas, desatenta da totalidade e as múltiplas determinações da realidade que se expressam nas particularidades sujeitos.

A profundidade das relações sociais cotidianas se materializa no trabalho de diversas categorias profissionais, o que demanda uma formação crítica, uma educação permanente, dado que a complexidade das transformações societárias reproduz novas necessidades sociais e manifestações que precisam ser estudadas para uma intervenção

qualificada. O Serviço Social se reconceitua historicamente num “processo de revisão crítica” estabelecida por um “questionamento global da profissão” que propiciou reformular atribuições, ações filantrópicas e, especialmente, assistencialistas. (IAMAMOTO, 2005).

A formação não se encerra na academia e a mesma se complexifica a cada momento histórico que a profissão se insere e avança, o que exige um constante aprimoramento intelectual, portanto, a educação permanente se revela como um mecanismo que coloca a qualidade da formação profissional em constância e movimento. É necessário pensar a intervenção, a direção social, os instrumentos e as técnicas, a propositividade e o que se busca alcançar a partir dessas mediações. Ou seja, uma intervenção qualificada pressupõe contínua análise para (re)produção de novas práticas.

Dessa maneira, tratando-se especificamente das expressões da questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais, é indispensável investigar os seus determinantes que abrangem a realidade social, suas refrações e como ela se concretiza nas necessidades da população usuária, assim, significa problematizar os seus rebatimentos na vida cotidiana dos sujeitos (Iamamoto, 2001). Sendo assim, esse movimento de investigação é contínuo, pois, a realidade é complexa e não estática e com constantes modificações.

A sociabilidade que se inscreve o trabalho profissional requer estudo, pesquisa, produção coletiva do conhecimento e da prática para que não se caía num papel de agente executor de tarefas com um trabalho sem finalidade. Nessa perspectiva, reafirma-se a necessidade da apreensão e conhecimento que se legitima na cotidianidade profissional.

É importante demarcar que são muitos os limites e desafios que se inscrevem na dinâmica de trabalho dos assistentes sociais e que em alguma medida possa interferir na aquisição de um exercício de educação permanente. Entende-se a condição de trabalhador assalariado e os vínculos de emprego<sup>22</sup>, as demandas institucionais, a correlação de forças e o reconhecimento do profissional em si.

---

22 O trabalho profissional dos assistentes sociais é subordinado às demandas institucionais, pois a intervenção e execução possui exigências advindas das instituições e esse trabalho não é desenvolvido de forma dependente, visto que os agentes profissionais não dispõem dos meios e instrumentos requisitados para a intervenção profissional. Portanto, essas atividades desenvolvidas são inscritas na lógica das relações de poder. Ver mais em Marilda (2012)

A educação permanente possibilita mesmo com os impasses e limites do cotidiano, a possibilidade de criar e recriar instrumentos, técnicas, mediações a partir do estímulo para apreensão crítica. É, portanto, esse espaço que ou se (re)afirma ou se esvazia do compromisso profissional com seus princípios e direção social. A adoção dessa política pelas entidades da categoria possibilita obter a reflexão coletiva acerca da relevância do combate a um saber meramente tecnicista reproduzido na sociabilidade capitalista como meio útil.

Esse processo requisita dos trabalhadores envolvidos adesão à reflexão crítica do trabalho estabelecido para que possa existir a troca, a aprendizagem, considerando o contexto e a transformação de suas práticas, portanto, é compreender a dinâmica em que a profissão se concretiza, assim como a realidade social que o cerca. São essas transformações nos processos de reprodução da vida social; assim como as relações entre os sujeitos, que conduz a reflexão sobre as novas demandas postas na cotidianidade do trabalho. Considera-se que as instituições, ao passo que emprega e oferta parte dos meios de trabalho, bem como estabelece o processo de trabalho no qual os assistentes sociais se insere, concebe funções a eles (IAMAMOTO, 2005).

É necessário considerar a realidade de cada espaço sócio ocupacional e profissional para incidir sob os limites postos no cotidiano de trabalho e no que diz respeito à intervenção profissional. É um compromisso e predisposição ética e política contínua, fazer de forma consciente, de se estar aberto para auto reflexões, transpor os impasses pragmáticos, paradoxos, obstáculos e, fundamentalmente, de saber se autoavaliar constantemente. É apreender teoricamente a realidade que se inscreve no cotidiano a partir das aproximações que são possibilitadas através de técnicas como entrevistas, visitas domiciliares, que são mediadores da realidade e podem direcionar a ação profissional.

Torna-se também indispensável fomentar a junção entre a categoria profissional, visando transpor a relação polarizada que, por vezes, se tem entre a esfera acadêmica - que abrange a produção intelectual - e os profissionais que trabalham diretamente na relação com os usuários, entendendo que uma não deve transpor a outra e são campos complementares com fertilidade para espaço de diálogo e superação.

A importância em ampliar a conexão entre o espaço acadêmico e os espaços sócio-ocupacionais que os assistentes sociais estão inseridos como espaço de fomento e promoção de debates, cursos, congressos que já são produzidos pelas entidades do

Serviço Social. A tarefa da educação permanente não é um exercício único dos assistentes sociais já formados e que estão na base, mas se dá também na docência como meio formador de assistentes sociais.

Concordamos com Netto (2001) quando defende que a efetividade do projeto profissional do Serviço Social se dá a partir do compromisso dos profissionais com a "competência" fundamentada no aperfeiçoamento intelectual permanente, disposto a partir de uma formação profissional qualificada apoiada nos referenciais teóricos-metodológicos que sejam capazes de possibilitar uma análise concreta da realidade social

Conclui-se, pois, a Educação Permanente como um mecanismo indissociável do desenvolvimento do Serviço Social, pois ela possibilita revisitar e refletir sob o que é posto na cotidianidade. É preciso estar atento ao perfil flexível e funcional requisitado por essa sociabilidade que foge do que o Serviço Social possui em seus princípios, pois é esse movimento que promove a precarização no trabalho profissional, altera funções que por vezes não compete as habilidades do assistente social e, portanto, no âmbito institucional, tem-se o acirramento de práticas desarticuladas e um distanciamento do real objeto demandado.

Portanto, são ações coletivas que precisam estar de acordo com o trabalho profissional conectado à totalidade e a perspectiva crítica em meio a um cenário arbitrário de refração dos direitos historicamente conquistados. É aprofundar discussões na agenda profissional com base no aprimoramento das competências profissionais que estejam de acordo com as transformações sociais em curso, pois os determinantes histórico sociais modificam o trabalho dos assistentes sociais, os requisitos, as demandas entre outros, em novas respostas no âmbito do exercício qualificado.

Dessa forma, compreende-se que a dimensão sóciorracial é inscrita em todos os campos da vida social e as manifestações das desigualdades sociais e raciais refletem no processo de trabalho dos assistentes sociais. E se faz indispensável as reflexões e análises decorrente dessa realidade através da formação para além da academia possibilitada pela educação permanente, buscando atingir uma atuação ético-política contra discursos e práticas discriminatórias, preconceituosas e as formas de opressão como preconiza nosso Código de Ética.

A partir da perspectiva de Educação Permanente tem-se possibilidade de viabilizar uma atuação direcionada a apreender as condicionalidades do que é ser negro e a

manifestação da questão social e questão racial na reprodução desses indivíduos como reflexo do percurso histórico da formação social brasileira, considerando as violências e violações a qual são submetidos. Portanto, faz-se importante incentivar a produção contínua acerca dessas interferências na sociabilidade contemporânea com vistas a melhoraria nas diretrizes para execução do trabalho profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado, entende-se o Serviço Social no complexo cenário brasileiro e enquanto profissão que precisa estar consciente e absorvida pelas determinações da questão racial no Brasil e seus rebatimentos estruturais na contemporaneidade. É preciso se apropriar dos determinantes sóciorraciais de forma a compreender as diferentes mediações que perpassam as relações sociais e raciais, a vista de qualificar respostas profissionais que estejam diante das expressões da questão social que se complexifica para a população negra.

Entende-se, portanto, que a questão social e suas particularidades do Brasil não podem ser interpretadas sem as devidas mediações sobre as relações raciais, as quais são pano de fundo para a formação social brasileira, uma vez que demarca fenômenos profundos não reparados até a atualidade, fruto de três séculos de trabalho escravizado.

Não se pode achar que vivenciamos no Brasil período desassociados que, teoricamente, não refletem no nosso cotidiano hoje. É preciso ter discernimento do que é ser negro num país que traficou aproximadamente 5 milhões de mulheres, homens e crianças do continente africano para servir de mão de obra escravista, sem contabilizar os que morreram no traslado. Esses mesmos indivíduos não foram incorporados posteriormente ao modo de produção de trabalho livre, portanto, tem-se a questão social estritamente ligada como herança desse processo aniquilador.

Portanto, abranger as raízes dos conflitos que originam a questão social no Brasil, a partir da dinâmica das classes e as relações raciais, contribui para as elaborações do Serviço Social, ao passo que desvela os mecanismos constituídos na formação social brasileira como uma sociedade profundamente atravessada pelas desigualdades. Em que há sim uma estrutura de classe que precisa ser racializada e são esses determinantes que permanecem na atualidade como seqüela ideológica construída no “passado”

O Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho tem na questão social a base de sua fundamentação diante do pauperismo proveniente da consolidação do capitalismo, onde essa dinâmica cria a necessidade do Estado dar respostas as demandas sociais. Tal contexto é fundamental para se compreender a necessidade da questão racial enquanto elemento que atravessa o trabalho dos assistentes

sociais na sociabilidade capitalista, pois são os profissionais que estão na base da execução das demandas postas no cotidiano.

Assim, o histórico de silenciamento da profissão sob propriedade dos determinantes sóciorraciais são correlatos no modo de configuração do racismo e as ideologias que buscavam o descredibilizar. Suas determinações para o exercício profissional ainda não possuem base consensual, o que é marcado pela trajetória do Serviço Social e nas correntes conservadoras que determinam sua gênese.

Dessa maneira, como temos consensualmente nas grades curriculares disciplinas sobre desenvolvimento econômico, formação do modo capitalista e seus desdobramentos na sociedade brasileira, faz-se imprescindível apreendermos à consolidação das raízes coloniais na constituição do Brasil colônia à República. Entender os projetos que minavam e ainda são direcionados à reprodução da população negra para compreender o contexto que se tem hoje, o qual não é casual.

Os indicadores mais atuais mostram o abismo colossal em diversas áreas ainda existentes entre não brancos e brancos, mesmo com as intensas lutas provenientes dos movimentos sociais, que atingem direitos e conquistas antes nunca experienciado, mas que não reverte esse cenário secular proveniente de uma raiz de formação calcada no trabalho escravizado.

É diante do acirramento da questão social que se faz necessário viabilizar o acesso desse grupo populacional aos direitos e políticas públicas, pois, compreende-se que é o público que mais acessa os serviços sociais como destacado nos capítulos. Portanto, é necessário interpretar a realidade na qual o profissional está inserido criticamente e transpor no processo de trabalho qualquer forma de naturalização das condições dos sujeitos atendidos, tampouco culpabilizá-los, dadas as necessidades que são postas no cotidiano.

Faz-se imprescindível conhecer quem é o público alvo das ações profissionais e quais são suas demandas a fim de operacionalizar uma atuação que esteja de acordo com respostas profissionais qualificadas diante das condições da população negra. Assim, é na “proposição de ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentos utilizados com a consequente interpretação dos dados; a desconstrução dos estereótipos ainda presentes no exercício profissional que, via de regra, desqualificam a população negra”. (EURICO, 2013, p. 307)



A Educação Permanente é adotada pelas entidades da categoria como estratégia importante para ampliar e fortalecer a dimensão socioeducativa dos profissionais, pode ser um instrumento através de encontros, grupos, eventos e fóruns que tragam centralidade ao racismo, relações raciais e o Serviço Social. A adesão da Educação Permanente se faz importante como estratégia que expande o processo formativo que deve ser contínuo e não apenas restrito à formação e é contra demandas rotineiras, institucionais, pragmáticas e acríticas. Esses determinantes limitam o caráter crítico do exercício profissional, pois há o fomento no cumprimento de metas e resultados e não a transformação da realidade pelo trabalho.

O que é exposto aqui não é desconhecido ou distante da direção social que o Serviço Social se orienta desde a adesão da teoria social crítica, pelo contrário, é o cumprimento do que já é norteado entre os documentos que marcam o avanço da profissão, tais como o Código de Ética e o projeto ético-político. Portanto, essa realidade revela um abismo ainda existente proveniente de parte da categoria profissional ao dar materialidade aos princípios na vida cotidiana, quando diz sobre as relações raciais e o racismo, o que invisibiliza efetivas mudanças nos limites aqui constatados. Assim, é preciso manter no exercício profissional aspectos gerais do desenvolvimento do trabalho profissional, que no contexto brasileiro precisam ser mediados através da questão racial, de gênero e de renda.

Vale destacar o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual estive presente e tinha um espaço destinado à exposição de nove painéis da campanha *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* com um conteúdo provocativo. Ações como essa demonstram como a profissão vem se portando no maior evento que reúne parte da categoria para refletir assuntos silenciados historicamente.

Enfrentar toda essa realidade complexa entendendo os determinantes sóciorraciais a fim de construir propostas efetivas para o enfrentamento e organização da categoria dada essa dinâmica, constitui-se como enorme desafio para o Serviço Social. É imprescindível estar articulado aos movimentos sociais negros a fim de transpor essa cultura de silenciamento e culpabilização que, por vezes, parte do interior da própria categoria.

Portanto, é estar em conformidade com possibilidade real de mudanças concretas no cenário de ausências observadas. É por um exercício unívoco de superação de todas as formas de opressão, condizente com o arcabouço histórico documental que delinha o

Projeto Ético Político na trajetória do Serviço Social, seja no âmbito acadêmico, seja na base e execução das políticas sociais. Sendo assim, ainda há um percurso custoso e longínquo para o Serviço Social na direção de romper com as manifestações do racismo e suas múltiplas especificidades na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996

\_\_\_\_\_. - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social.** Vitória: ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_soc\\_ial-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_soc_ial-201812041419427146430.pdf)> Acesso em: 25/07/2020.

\_\_\_\_\_. GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2016. Disponível em <http://www.abepss.org.br/noticias/apresen-tacao-graduacao-15>) Acesso em: 14/10/2020

ALMEIDA, *Silvio* Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo. Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, *Silvio* Luiz de. **Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?** CartaMaior, 2020. Disponível em< <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso-/52/48098>> Acesso em: 10/10/2020

ATLAS da Violência 2020 mapeia que **nos últimos 10 anos, mais de 650 mil pessoas negras foram assassinadas no Brasil.** IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. Fórum Brasileiro da Segurança Pública. Disponível em< <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 03/10/2020.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho.** In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993

\_\_\_\_\_. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS.** Brasília-DF: CFESS, 2012.

CORATO, Carmen. **Formação social brasileira: interface com as relações raciais.** Revista em Pauta, Rio de Janeiro - 2º semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 38-51.

EURICO, Márcia Campos. **Questão Racial e Serviço Social:** uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. **O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro.** EM PAUTA, Rio de Janeiro - 1º semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 55-68.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** São Paulo, Dominus/Edusp, vol. 2, 1965.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936-1947). 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GOMES, José Clayton Murilo Cavalcanti. **Precisamos ter a coragem de dizer que é o racista que cria o inferiorizado.** Justificando, Jul/2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/07/26/precisamos-ter-a-coragem-de-dizer-que-e-o-racista-que-cria-o-inferiorizado/>. Acesso em: 05/07/2020

IANNI, Octavio. **Raça e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-31, jan.-jul.2001).

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional,** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005

\_\_\_\_\_. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014

IBGE. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/presidencia](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia). Acesso em 22/07/2020

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, MDS/UNESCO, 2009, p. 56-86)

JULIÃO, Luanda. **Quando o racismo começa na família.** Justificando, 2018. Disponível em < <http://www.justificando.com/2018/07/02/quando-o-racismo-comeca-na-familia/>> Acesso em: 17/07/2020

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (org). 2. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2005.

MARTINS, Carla Benitez. Distribuir e Punir Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Tese (doutorado) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiânia, 2018.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (Livro I, v. I.)

OLIVEIRA, Juliana Marta. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. Ser Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul.-dez./2017

MELO, Maria Luisa. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. Uol, 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em 21/07/2020.

MENEZES, Cristiana Franciane de. **Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo**. Libertas: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun. 2010.

Ministério da Cidadania. População negra é a maior beneficiária de programas sociais no Brasil. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/area-deimprensa/noticias/2013/dezembro/populacao-negra-e-a-maior-beneficiaria-de-programas-sociais-no-brasil>> Acesso em 11/06/2020.

**MOREIRA, Tales Willyan Fornazier**. Serviço social e luta antirracista: uma contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. **Dissertação (mestrado). Pontifca Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Pós-Graduação em Serviço Social, São Paulo, 2019.** MOURA, Clóvis. Da insurgência negra ao escravismo tardio, Separata de Estudos Econômicos, FEA/USP, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

\_\_\_\_\_. Sociologia do negro brasileiro, São Paulo, Editora Ática, 1988.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006b. \_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n.3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2011: Ano Internacional das e dos Afrodescendentes. ONU: 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002140/214060por.pdf>>. Acesso em 16/07/2020

PAIXÃO, Marcelo. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Fabiana Montovanele e Luiz Marcelo Carvano (Orgs). Rio de Janeiro, Garamond

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PROCÓPIO, Ana Paula. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

RAICHELIS, Raquel. **Profissão, trabalho assalariado e autonomia relativa do/a assistente social**. Atribuições Privativas do/a assistente social em questão. CFESS, p. 13-18, 2020.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (et. al). 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Questão Étnico Racial e a sua relevância no processo de formação em Serviço Social**. Diversidades e (Des)igualdades. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

RUFINO, Joel. O que é racismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Josiane. Assistentes Sociais no combate ao Racismo. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro..SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 21, N.1, P. 183-194, JUL./DEZ. 2018

\_\_\_\_\_. 40 anos da "Virada" do Serviço Social: história, significados. Serv. Soc. Soc. no.136 São Paulo Sept./Dec. 2019